# **PISEAGRAMA**

02 PROGRESSO

ESPAÇO PÚBLICO PERIÓDICO

Número 02 | www.piseagrama.org







RIO DE JANEMO SOVO



EASAS MA AVENIBA AYLANDICA Esta publicação foi selecionada entre os projetos que se inscreveram no Programa Cultura e Pensamento – Seleção Pública e Distribuição de Revistas Culturais. Foram escolhidos quatro projetos, e desta forma contemplamos quatro revistas culturais bimestrais cujas tiragens, somadas, chegam a 240 mil exemplares.

O objetivo desta iniciativa é estimular a criação de publicações culturais permanentes, e de alcance nacional – não apenas em sua distribuição, mas também em seu conteúdo.

Ao patrocinar este projeto, a Petrobras reafirma, uma vez mais, seu profundo e sólido compromisso com as artes e a cultura em nosso país – confirmando, ao mesmo tempo, seu decisivo papel de maior patrocinadora cultural do Brasil.

Desde a sua criação, há pouco mais de meio século, a Petrobras mantém uma trajetória de crescente importância para o país. Foi decisiva no aprimoramento da nossa indústria pesada, no desenvolvimento de tecnologia de ponta para prospecção, exploração e produção de petróleo em águas ultra-profundas, no esforço para alcançar a auto-suficiência. Maior empresa brasileira e uma das líderes no setor em todo o mundo, a cada passo dado, a cada desafio superado, a Petrobras não fez mais do que reafirmar seu compromisso primordial, que é o de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

Patrocinar as artes e a cultura, através de um programa sólido e transparente, é parte desse compromisso.

CULTURA E PENSAMENTO é um programa nacional de estímulo à reflexão e à crítica cultural. Desde sua primeira edição em 2005, seleciona e apoia projetos de debates presenciais e publicações. O objetivo do programa é dar suporte institucional e financeiro a iniciativas que fortaleçam a esfera pública e proponham questões e alternativas para as dinâmicas culturais do país.

Em 2009, o Programa abriu a terceira edição dos editais para financiamento de debates e de periódicos impressos de alcance nacional. Os editais são abertos apropostas de intelectuais, pensadores da cultura, artistas, instituições e grupos culturais, pesquisadores, organizações da sociedade civil e outros agentes, visando à promoção do diálogo sobre temas da agenda contemporânea.

O projeto de revistas do Programa Cultura e Pensamento busca ofertar gratuitamente conteúdos de elevada qualidade a um público amplo e diversificado de leitores, através de uma rede de circulação formada por 200 pontos de distribuição em todo território nacional, entre eles instituições culturais, universidades e pontos de cultura. Ao longo dos 24 meses o projeto prevê o lançamento de 20 títulos, cada um com 6 edições bimestrais, totalizando a circulação gratuita de 1.200.000 exemplares de revistas com discussões sobre arte e cultura, oriundas de diversos estados do país. A rede abrangerá mais de 200 colaboradores editoriais de cinco regiões e 19 estados brasileiros.

A edição 2009-2010 do Edital de Revistas do PROGRAMA CULTURA E PENSAMENTO tem patrocínio da Petrobras e é realizada pela Associação dos Amigos da Casa de Rui Barbosa.

Este projeto foi contemplado pela seleção pública de revistas culturais do programa CULTURA E PENSAMENTO 2009/2010.





03	PROGRESSO Guto Lacaz
04	FERROVIA DOS MIL DIAS Carlos M. Teixeira
06	TREM DO PROGRESSO Rosângela de Tugny
10	<b>MAPAS</b> Donizete Maxakali, Totó Maxakali e Zé Antoninho Maxakali
16	BELO MONTE DE VIOLÊNCIAS Felício Pontes Jr.
21	<b>WHITE NOISE</b> Angela Detanico e Rafael Lain
26	APAGAMENTOS Renata Marquez
28	<b>DIALETO</b> Marcelo Drummond
31	A MARCHA PODEROSA DOS PONTOS Roberto Andrés
34	EM PROGRESSO Wellington Cançado
40	<b>NÃO DEMOLIR NUNCA</b> Fréderic Druot, Anne Lacaton e Jean Philippe Vassal
42	NÃO FAZER NADA, COM URGÊNCIA Ion Cuervas-Mons Morató
44	LA PETATERA DE COLIMA Desiderio Calvario Miramontes
48	INSTANTE EM QUE O PRESENTE TOMBA A HISTÓRIA Cacá Fonseca
52	À SOMBRA DO FUTURO Roberto Winter, Luiza Proença, Deyson Gilbert
53	VENDEDORES AMBULANTES Correio da Manhã
54	ATLAS AMBULANTE Osmar Fernandes, Antônio Lamas e Robson de Souza
60	NOTAS SOBRE AS CIDADES LATINO-AMERICANAS  Martí Peran
64	UM OLHAR SOBRE A MERDA DA CIVILIZAÇÃO Paulo Nazareth



#### **FERROVIA DOS MIL DIAS**

Carlos M. Teixeira

Arquiteto, mestre em urbanismo pela Architectural Association, publicou os livros História do vazio em BH; Entre; O condomínio absoluto. É sócio do escritório Vazio S/A.
www.vazio.com.br

No início dos anos 1970, os militares que estavam no poder fizeram um estudo preliminar à construção de uma novíssima ligação ferroviária entre Belo Horizonte, Rio e São Paulo, que recebeu o nome de Ferrovia do Aço e o apelido de "Ferrovia dos Mil Dias", já que seu prazo de execução era esse. Os resultados desse estudo foram publicados com estardalhaço pela imprensa.

Num total de 834 quilômetros, os padrões técnicos da ferrovia eram "de primeiro mundo": via dupla, raios de curvas de alta velocidade, rampa máxima de 1% e eletrificação. A economia cresceu a taxas superiores a 10% anuais no período de 1968 a 1974 e imaginavase que o seu crescimento seria acima de 8% até 1980. A demanda de transporte de minério cresceu 29,5% entre 1973 e 1976, e a perspectiva dessa evolução fez com que o presidente Ernesto Geisel temesse pelo estrangulamento da oferta de transporte de minério, que ameaçaria o

abastecimento das usinas siderúrgicas do sudeste do país (especialmente a CSN e a COSIPA) e o cumprimento dos compromissos assumidos com a exportação dessa matéria-prima.

Mesmo que se reconheça a sua urgência, a Ferrovia do Aço foi planejada com o "carro na frente dos bois". O projeto - gigantesco - era justificável em razão do impressionante desempenho econômico do Brasil no início da década de 1970 – o Milagre Brasileiro. Ainda não havia a China, mas havia um delírio de infraestruturas descomunais: ponte Rio-Niterói, rodovia Transamazônica, hidrelétrica de Itaipu, etc. Mas, no caso da ferrovia, poucas combinações poderiam ser mais arriscadas que prazo exíguo, dimensões continentais e topografia impossível. Finalmente, quando foram constatados os enormes custos da construção em decorrência do relevo e outros "imprevistos", já era tarde. O pior problema foi a supressão da eletrificação, fato

que deixou abandonados milhões de dólares em equipamentos elétricos e obrigou as composições que a percorriam a serem tracionadas por locomotivas diesel-elétricas, inadequadas para percorrerem os trechos dos túneis sem ventilação, já que o projeto original previa o uso de locomotivas elétricas.

A eletrificação era considerada vital para a Ferrovia do Aço por várias razões. Com mais de cem túneis, ela inclui em seu caminho o maior da América do Sul, o "tunelão", de 8.600 metros, em Santa Rita de Jacutinga. O principal problema era essa grande quantidade de túneis extensos onde o uso de locomotivas diesel não era recomendado a menos que eles fossem dotados de caríssimos sistemas de exaustão dos gases liberados pelas máquinas durante sua passagem. Em 1976, foi assinado formalmente o contrato das obras e equipamentos para a eletrificação da Ferrovia. Porém, nesse ano começaram os primeiros sintomas de crise





econômica, com a persistente elevação dos índices inflacionários. O controle da inflação obrigou a redução dos gastos governamentais, inclusive na Ferrovia. O ritmo das obras, que era bastante intenso, foi reduzido a partir de fevereiro de 1977, tornando impossível cumprir o prazo de mil dias. Já era o fim do Milagre e o desempenho da economia brasileira jamais seria o mesmo.

A situação econômica foi piorando gradativamente e as obras foram suspensas em 1978. Quando retomado, o ritmo do empreendimento piorou, tornando-se ainda mais lento a partir de outubro de 1982. Nesse ano, chegaram os primeiros lotes de equipamentos para a eletrificação previstos no contrato de 1976. A grave crise financeira de 1983 só agravou o quadro e motivou a paralisação total da construção no ano seguinte. Viadutos inacabados, túneis inúteis e acampamentos de empreiteiras repletos de máquinas abandonadas: tudo se de-

gradando perante a ação do tempo. Essa foi a paisagem do sul de Minas ao longo das décadas de 1970 e de 1980, evidenciando o fracasso do empreendimento e a absurda decadência de uma infraestrutura envelhecida, embora nunca tivesse sido usada.

A situação se encontrava assim havia vários anos quando, em 1986, a direção da RFFSA desenvolveu um plano para tornar viável a Ferrovia no trecho entre Jeceaba e Saudade, com 319 quilômetros de extensão, onde a infraestrutura estava praticamente terminada. A nova abordagem previa diversas simplificações no projeto, como linha singela (não dupla) e operação com as locomotivas diesel-elétricas. A eletrificação da linha não foi descartada nessa ocasião, mas sim adiada indefinidamente, uma vez que somente sua implantação requereria um investimento superior a um bilhão de dólares.

Já que as perspectivas de implantação da eletrificação eram cada vez menores,

resolveu-se aproveitar parte do material – especificamente destinado a ela - em outras obras ferroviárias governamentais (no metrô do Recife e nas linhas suburbanas da CBTU do Rio de Janeiro e São Paulo), mas o resto continua enferrujando num depósito da RFFSA em Cruzeiro (SP). As obras da construção civil da Ferrovia retomaram o ritmo e seguiram até o dia 14 de abril de 1989, quando as duas frentes de obra se encontraram no km 138 + 965m (??) no município de Madre Deus (MG), permitindo, enfim, a circulação de trens após 14 anos de obras. A "Ferrovia dos Mil Dias" tinha se tornado a "Ferrovia dos Cinco Mil e Noventa e Oito Dias" e as obras finalmente haviam sido concretizadas, ainda que parcialmente: dentre outras, uma faraônica sequência de quatro túneis, que totalizam 3,2 quilômetros (mais que o gigantesco Rebouças, no Rio de Janeiro), segue incrivelmente inacessível em pleno município de Belo Horizonte, ainda que sempre à espera de qualquer tentativa de retirá-los do limbo. 🜉

Pelos trilhos da Transnordestina,
Passará o progresso do Sertão.
Uma obra por nós tão desejada,
Como o prato que o faminto deseja,
Mudará a geografia sertaneja
E a economia também será mudada.
Quando a "serpente de ferro", embalada
Roncar nos trilhos e estremecer o chão,
Nossa terra terá uma impulsão
Que mudará para sempre nossa sina;
Pelos trilhos da Transnordestina,
Passará o progresso do sertão.

O Brasil que construiu Tucuruí, Itaipu, Paulo Afonso e outras mais Certamente também será capaz De fazer este Trem passar aqui. E o Nordeste eu sei vai aplaudir Depois de pronta esta grande construção. Onde se vê o estrago da supressão, Terá a ponte que a beleza nos fascina; Pelos trilhos da Transnordestina, Passará o progresso do sertão.

De Elizeu Martins no Piauí, De Pecém na bela Fortaleza, Neste Trem viajará toda a riqueza Do Nordeste, doce terra cariri. O entroncamento será mesmo bem aqui! Neste Salgueiro, que eu amo de paixão, Passando ao lado do berço de Lampião, Para Suape irá o Trem na estrada fina; Pelos trilhos da Transnordestina, Passará o progresso do sertão. Engenharia aqui temos sobrando! Sem descuidar do lado social, Gente boa olhando a parte ambiental, Isso agora e quando o Trem tiver passando. Os transtornos que a obra está causando, Como o barulho de alguma detonação, A poeira de trator e caminhão, O resultado final tudo elimina; Porque nos trilhos da Transnordestina, Passará o progresso do sertão.

É por isso que "O Trem Pede Passagem" Para esta obra importante e tão bonita, Que fortalece o Nordeste e o habilita Como centro de produção e escoagem. Para o mundo teremos outra imagem, Sem ser aquela de seca e desolação; Deus proteja do engenheiro ao peão Que constroem essa dádiva divina; Porque nos trilhos da Transnordestina, Passará o progresso do sertão.

Diógenes Vieira compôs este cordel para o projeto "O trem pede passagem", com o qual a Odebrecht pretende "assegurar as melhores soluções para o andamento das obras da Ferrovia Transnordestina."

#### TREM DO PROGRESSO

Rosângela de Tugny

Professora da Escola de Música da UFMG e pesquisadora das músicas dos povos ameríndios. Publicou, junto com os povos Tikmu'un (Maxakali), dois livros de tradução de seus cantos xamanísticos.

📑 stamos acostumados a ler e ouvir a Epalavra "Progresso" próxima de expressões que indicam um movimento sem volta e inevitável, cuja chegada deve ser apenas uma questão de tempo: "a marcha do progresso", "o trem do progresso". Além disso, o "Progresso" é tratado como um alguém, que tem vida própria, movimento próprio e desejos potentes. Nessas construções, o "Progresso" é algo ou alguém que entra em algum lugar, que é necessariamente vazio. E note-se: quem lança mão da expressão "Progresso" é sempre alguém que chega onde outras pessoas e outros modos de vida já existiam. Progresso é sempre palavra dos expropriadores.

Quando viajo para as terras onde hoje vivem os povos indígenas Tikmū'ūn, mais conhecidos como Maxakali, com os quais venho trabalhando na tradução de seus cantos, passo sempre por algum posto, um restaurante, um hotel, um supermercado ou um povoado que carrega este nome: Progresso.

A noção de "progresso" é inexistente entre os Tikmű'ūn e talvez entre os povos ameríndios em geral. É claro, pois é sempre difícil encontrar em línguas tão diferentes noções que enquadrem e traduzam exatamente as nossas. Mas a razão da inexistência aqui é mais profunda e a pergunta serve para perambularmos – coisa que, aliás, o progresso não faz – nas cercanias do nosso "progresso", em tudo que se

aproxima dessa noção, e para contrastá-la com o que aprendi com eles.

Os Tikmű'űn são vistos frequentemente nas cidades de Almenara (MG), Rubim (MG), Itanhém (BA), Medeiros Neto (BA), Vereda (BA), Itamaraju (BA) e em várias outras localidades da região fronteiriça entre Minas Gerais e Bahia. Os funcionários da FUNAI são chamados a repatriá-los às aldeias pelas autoridades locais, incomodadas com as desordens que eles trazem ou apiedadas pela sua condição aparentemente miserável. Algumas vezes os grupos de Tikmũ'ũn que viajam a pé nessas regiões são acolhidos e alimentados pelas paróquias locais, mas quase sempre cozinham na beira dos rios, dormem na beira das estradas ou nos bancos das cidades. Alguns deles já me telefonaram de orelhões nessas ocasiões, tidas por eles como passeios prazerosos e momentos de alegria.

Quando retornam às suas aldeias, outras festas os esperam. Essas festas são vistas por nós como "rituais", com muitas músicas, danças, brincadeiras, namoros, banquetes e a presença dos que eles consideram yāmīyxop, pessoas que trazem corpos brilhantes, olhos vedados e que causam muita comoção entre as crianças, os homens e as mulheres.

Os yāmīyxop, quando estão fora do seu campo de visão, são descritos pelos Tikmū'ūn como imagens de uma infinidade de peixes, pássaros, mamíferos, insetos, répteis, flores e também imagens como helicópteros, aviões, carros, espingardas. Todos eles se escutam na forma de cantos. Quando comecei a traduzir os cantos dos yāmīyxop com os Tikmū'ūn, logo precisei da ajuda de dicionários e de enciclopédias especializadas em cobras, sapos, pássaros, abelhas, peixes, tamanha era a exigência dos especialistas de canto sobre a precisão de nomes das múltiplas espécies contidas nos textos que deveríamos traduzir. Estranhei a erudição enciclopédica desses povos indígenas, que há quase um século não vivem mais entre matas e bichos.

Com uma população hoje estimada em 1600 indivíduos pela Funasa, os Tikmũ'ũn ocupam uma das menores terras demarcadas para populações indígenas no Brasil, que, para piorar, foram totalmente devastadas. O progresso chegou até eles por diferentes frentes de expansão e destruição dos seus tradicionais ecossistemas, trazendo situações de desnutrição, de doenças mortais como sarampo e malária, além da catastrófica perda dos indivíduos: uma frente de entradas e bandeiras que buscava fontes de extração mineral e envolveu alguns desses grupos como mão de obra, mantendo-os em quartéis e aldeamentos; outra frente, mais decisiva para a devastação do Vale do Mucuri, que fundou povoamentos com base em pequenas

propriedades e proporcionou o trânsito da região do Mucuri até o litoral, instalando os agricultores e pecuaristas; por fim, uma frente voltada para a extração mineral completou a penetração nessa região.

Os relatos das viagens dos mais conhecidos naturalistas europeus que estiveram na região, como Maximilian, príncipe de Wied-Neuwied (entre 1815 e 1817), Auguste de Saint-Hilaire (1817), Johann Jakob von Tschudi (1859), assim como dos padres capuchinhos e de Teófilo Otoni (responsável, em 1847, pela Companhia de Navegação e Comércio, que deveria ligar o centro-oeste de Minas Gerais ao litoral), mencionam, de diferentes formas, vários momentos do encontro dos povos Tikmũ'ũn com essas frentes. Mas, sobretudo, o que mais chama a atenção nesses relatos é a perspectiva com a qual os naturalistas se aproximavam do universo da Mata Atlântica, onde os Tikmű'űn circulavam.

A Mata Atlântica foi o cenário de projetos inteiros de civilização, que se contrastam radicalmente. Os naturalistas alemães e franceses que estiveram percorrendo as terras dos antepassados dos Tikmű'űn demonstraram como, mesmo reconhecendo a imensa riqueza da Floresta Atlântica, padeciam de uma sensação de "caos inexplicável" e de grande monotonia. Johann Jacob von Tschudi, por exemplo, que, embora afirmasse haver ali um campo inesgotável para estudos, não se contentava em organizar esse "caos" pela taxonomia botânica de Lineu: "respondia a esta desordem com o desejo de destruição e substituição por uma outra paisagem", assinalando aquilo que "amaldiçoadamente lhe sobra", como escreveu a historiadora Regina Horta Duarte. Segundo ela, Auguste de Saint-Hilaire também se referia a essas regiões exprimindo o desejo de que, com as derrubadas das matas e o fim gradativo da floresta, o sol aquecesse "com seus raios uma terra sobre a qual não brilhava há séculos", e exprimia que "nas luzes da civilização, as copas esplendorosas de árvores altaneiras deveriam tombar junto com a obscura vida dos seres que abrigavam".

Deitar abaixo os excessos da floresta foi o veredicto dessa ciência. Nos termos da historiadora, os naturalistas europeus inauguraram nas regiões de Mata Atlântica "uma espécie de ontologia às avessas", na qual o "ser da floresta reside no que ela possibilita outra coisa que não ela mesma, existindo à medida que se desfizesse".

Tais naturalistas ilustram a noção de progresso de que falamos: aquilo que entra no espaço vazio. Então, observemos como o desmatamento que hoje aprendemos a lamentar não é uma consequência inevitável do progresso ou algo que se deve perder para se conquistarem outros ganhos, mas o seu fundamento. O fundamento de uma teologia da falta, da insuficiência, que primeiramente esvazia um espaço para nele injetar a entidade que todos esperam chegar, o que justifica, naturalmente, as tantas invasões que ocorreram nos territórios americanos, uma vez que não se invadem terras vazias.

Ao contrário dos cientistas europeus, os Tikmū'ūn, antes e durante os séculos em que presenciaram as derrubadas das florestas e extinção das vidas que elas abrigavam, cultivaram modos de observação, nomeação, descrição, subjetivação e relação com a "caótica" imensidão de seres da Floresta Atlântica. Como "senhores da imanência",

exerciam o que foi chamado por Eduardo Viveiros de Castro como "pragmática da suficiência". Aprenderam a viver nas Matas Atlânticas, produziram conhecimento e técnicas eficazes de aproveitamento de seus recursos. Se hoje estão confinados em terras reduzidas e devastadas, "cercados como em um aquário", como dizem, ainda assim, o mundo "caótico", "amaldiçoadamente pleno" não acabou para os Tikmũ'ũn. Ele comparece pelos cantos, na forma de imagens ou do que chamamos "espíritos dos ancestrais", no cotidiano das suas aldeias para as festas. Os cantos se estendem como o território onde as qualidades de tudo o que era excesso para os naturalistas europeus se potencializa e se reproduz. E nada disso é fruto de uma imaginação bucólica, de uma incapacidade de avaliar o real típico de uma suposta inocência dos povos indígenas, como muitos a imaginam. Dentre os vários sistemas de conhecimento construídos por tantas civilizações, os Tikmű'űn cultivaram o seu, que consiste em tomar como sujeito aquilo que se pretende conhecer, por meio de uma fina observação de seu potencial afetante. Cultivaram milenarmente uma paciente observação dos comportamentos dos incontáveis seres vivos e construíram com eles um modo de relacionamento, oposto à solidão antropocêntrica dos cientistas europeus.

É por esse motivo que ficam alegres quando perambulam buscando a proximidade dos ancestrais.

Em 2006, impressionada com a quantidade de paisagens, de animais, de plantas e de todos os seres vivos descritos pelos cantos que traduzíamos, propus aos Tikmű'űn que viajássemos juntos em

busca das localidades onde pudéssemos encontrá-los. Viajamos por quase um mês pelos arredores das terras onde vivem. Fomos até cachoeiras, atravessamos cercas de fazendas para coletar jacas, descemos por boqueirões, visitamos antigos cemitérios, fugimos de ameaças de fazendeiros quando colhíamos suas bananas, pescamos em riachos que podiam frequentar livremente outrora. As viagens propiciaram a rememoração de muitas histórias, como a saga dos povos Tikmū'ūn, que os levou a percorrer os rios tributários das bacias dos rios Jurucuçu, Itanhém e Jequitinhonha, até que terminassem por se reunir nos divisores de água de cada uma dessas bacias, ou seja, nos pontos mais altos da região e mais inalcançáveis pelo Progresso. Escutei como narravam com mansidão histórias de engodos sofridos por seus pais, levados a viajar por funcionários do SPI – Serviço de Proteção aos Índios, órgão que antecedeu a FUNAI – e ficando cada vez mais cercados e condicionados a trocar terras por meia dúzia de espingardas de caça. Vi como levantavam delicadamente as cercas de arame, inspecionavam silenciosamente os cemitérios de seus avós e como entravam nos rios e exploravam as grandes pedras da região, como se fossem bem conhecidas...

No retorno de uma dessas viagens, escutei o relato de um deles de um mito bastante conhecido pelos antropólogos, por ser muito difundido entre povos ameríndios, principalmente os de línguas tupi e gê: "Após um grande dilúvio enviado pela ira de uma lontra, filha adotiva de um casal – cujo pai a emprestou ao cunhado, que não honrou as trocas exigidas por ela em razão do fornecimento de peixes –, um homem sobrevivente tentou se procriar de

várias formas. Quando, enfim, nasceram os primeiros filhos na forma humana, *Topa* trouxe a eles um arco e flecha e uma arma de fogo. A escolha das armas deu origem à diferenciação entre os Tikmű'űn e os que eles chamam de *āyūhūK*, uma classe de pessoas que traduzimos como os brancos".

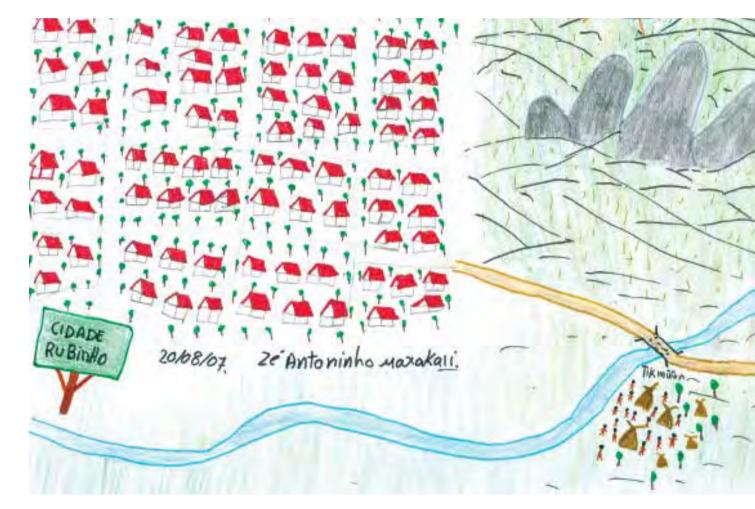
Acredito que a diferenciação já estava presente nessa história antes do dilúvio: entre o pai adotivo da lontra e o seu cunhado. O pai adotivo recebia fartos peixes de sua filha lontra e, em troca, deixava a ela os melhores e maiores peixes. O cunhado pediu emprestada a lontra para receber, da mesma forma, tantos peixes, mas tentou enganá-la, escondendo para si os melhores. Não seria a diferença dos procedimentos entre o pai adotivo e seu cunhado a mesma que observamos entre a "economia sustentável" praticada milenarmente pelos povos indígenas, essencialmente relacional, e a exploração absoluta pela "insaciabilidade infinita do desejo humano perante os meios materiais finitos de satisfazê-los", como certa vez escreveu Eduardo Viveiros de Castro?

Dessa forma, o Progresso que trouxe os "brancos" para a proximidade das terras onde circulavam os Tikmū'ūn, forçandolhes a uma convivência cotidiana, não trouxe para eles novas tecnologias, maior conforto, maior esperança de vida e menos ainda o preenchimento de um vazio do espaço, do tempo e das relações. O Progresso sempre foi percebido como a imposição de um poder bélico superior ao que eles possuem. Os brancos, esses que acreditam no progresso, são os que possuem a arma de fogo e sabem fabricálas, por dominarem a tecnologia do ferro.

Sem dúvida, os Tikmūūn possuem fascínio por esses donos de armas, e segura-

mente gostariam de compartilhar com eles o domínio e conhecimento das suas tecnologias. Afinal, sempre foram extremamente tecnológicos em tudo o que fizeram e sempre trocaram artefatos com outros povos indígenas. Mas, sobretudo, não demonstram nenhum interesse pela etiqueta e pelas formas de sociabilidade dos Brancos. Ao contrário: os ãyūhūK, segundo dizem, são a mesma coisa que a Onça e o *Inmõxã* (uma besta canibal, alguém que sai correndo depois de morto e gritando da cova para devorar todos os seus parentes vivos). Esses três seres são extremamente bravos, vorazes, insaciáveis, que não esperam, não conversam, "vão logo atacando". Por não desejarem as formas de sociabilidade dos Brancos, os Tikmū'ūn cuidam de não esvaziar seus mundos, de não perder os elos que construíram com a multiplicidade de seres vivos.

Embora derrotados, os Tikmű'űn são povos cheios de vigor, de alegria, de orgulho e mantêm ativa sua inesgotável capacidade de inventar e reinventar suas vidas, mesmo que atravessadas pelo Progresso dos Brancos. Uma reinvenção que não é da ordem da capacidade autoral de intervir sobre um suposto mundo "natural", mas de perceber o quanto o mundo é pleno e de manter relações com ele. Recusando as formas de sociabilidade praticadas pelos homens que se entendem como seres do Progresso – e que os Tikmű'űn têm como os donos das armas de fogo -, os Tikmű'űn recusam a construir o vazio em seu mundo. Essa densidade mundana os leva a viver espacialidades e temporalidades bem mais complexas que as dos homens do Progresso. Se houvesse um "Trem do progresso" que atravessasse as vidas dos povos Tikmũ'ũn, ele nunca iria numa direção só.

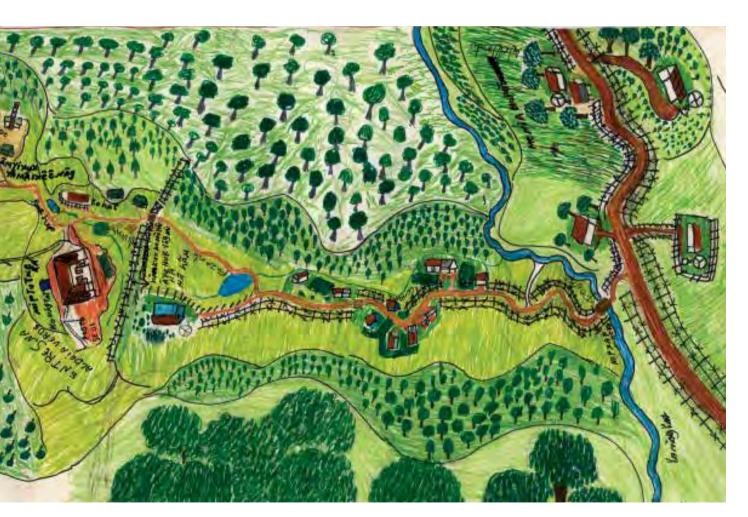


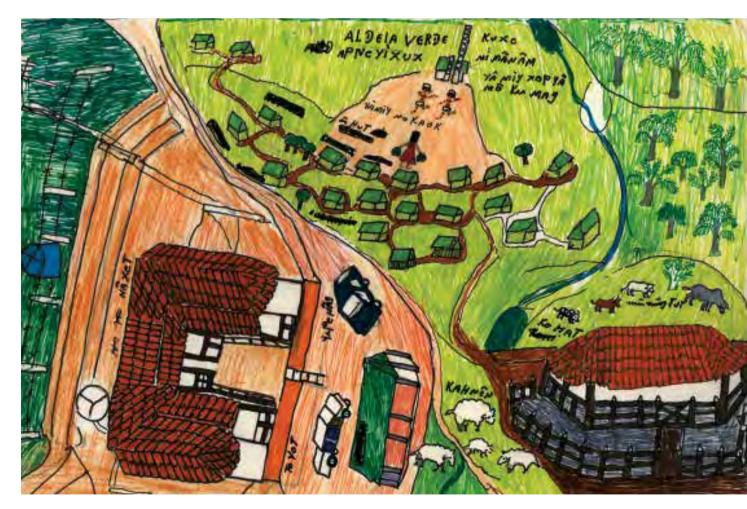
↑ Zé Antoninho Maxakali

## **MAPAS**

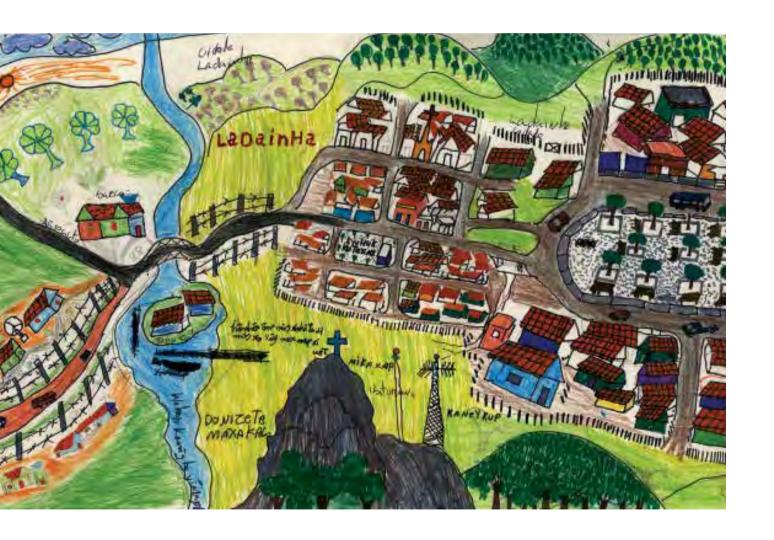
Donizete Maxakali, Totó Maxakali e Zé Antoninho Maxakali

Os povos tikmu'un ou Maxakali, como são reconhecidos pelo Estado, são os índios de uma população de cerca de 1300 pessoas distribuídas em quatro terras indígenas (Água Boa, Pradinho, Aldeia Verde e Cachoeirinha), no extremo nordeste de Minas Gerais.





↑ Donizete Maxakali







## **BELO MONTE DE VIOLÊNCIAS**

Felício Pontes Jr.

Procurador da República no Pará e mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Este artigo narra os preâmbulos do que parece ser apenas o início de um longo imbroglio energático

http://belomontedeviolencias.blogspot.com

No ano de 2000, houve um encontro de procuradores da República com os indígenas do Xingu. Representantes do povo Juruna disseram que encontraram nas margens do rio várias tábuas com números gravados. Eram réguas de medição. Estavam assustados. Temiam que fosse mais uma tentativa de se construir uma barragem no Xingu. A lembrança do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em 1989, quando a índia Kaiapó Tuíra passou o facão no rosto de um dirigente da Eletronorte, ainda estava nítida.

Imediatamente começamos a investigação. Os estudos já estavam em grau avançado. Mandamos a mensagem aos índios de que a régua significava exatamente o que eles temiam: a retomada pelo governo do projeto de construção de uma barragem no rio Xingu. Eles responderam com uma carta profética. Diziam: "Nós, índios Juruna, da Comunidade Paquiçamba, nos sentimos preocupados com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Porque vamos ficar sem recursos de transporte, vamos ser prejudicados onde vivemos porque a água do Rio vai diminuir, como a caça, vai aumentar a praga de carapanã com a baixa do rio, aumentando o número de malária, também a floresta vai sentir muito com o problema da seca e a mudança dos cursos dos rios e igarapés. Nossos parentes Kaiapó, Xypaia, Tembé, Maitapu, Arapium, Tupinambá, Cara-Preta, Xicrin, Assurini, Munduruku,

Suruí, Guarani, Amanayé, Atikum, Kuruaya... vão apoiar a Comunidade."

Tudo estava sendo feito contra a Constituição, a começar pela falta de consulta aos indígenas pelo Congresso Nacional antes do início de tudo. É o que determina o artigo 231, §3°, da Constituição: o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos em terras indígenas, só pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas.

Seria o momento do grande debate. Deputados e senadores ouviriam indígenas, outras comunidades afetadas e especialistas para sopesarem os impactos positivos e negativos, a polêmica sobre a energia a ser gerada, e, assim, haveria autorização ou não. Mas o governo ignorou tudo.

Com a ajuda de técnicos, como antropólogos e biólogos do MPF (Ministério Público Federal), descobriu-se também que havia incompatibilidade entre os cronogramas da Eletronorte e do Estudo de Impacto Ambiental e seu relatório (EIA/RIMA). O término de uma das viagens de pesquisa estava previsto para novembro de 2001, mas o EIA/RIMA estaria pronto 8 meses antes. Como pode o Estudo de Impacto Ambiental estar pronto antes do estudo de campo? A Eletronorte contratou a FADESP – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa – para elaborar o EIA/RIMA, sem licitação, ao

preço de R\$ 3.835.532,00. O resultado jamais foi mostrado ao público. E o Termo de Referência do empreendimento, que determina o conteúdo do EIA/RIMA, não contou com a participação do IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional —, apesar de a área de incidência direta da obra abrigar sítios arqueológicos.

Diante de tantas ilegalidades, não restou outra alternativa senão entrar com uma ação civil pública no início de 2001. A Justiça Federal determinou a paralisação de tudo. Em sua decisão, o juiz federal Rubens Rollo D´Oliveira declarou que o desvio projetado na Volta Grande do Xingu atinge a área indígena Juruna (Paquiçamba) e ainda, segundo os estudos da Eletronorte, parte da cidade de Altamira, com reflexos ambientais e sociais que exigem a elaboração de estudos de impacto.

O governo federal recorreu ao Tribunal Regional Federal, em Brasília, e perdeu. Recorreu ao Supremo Tribunal Federal e, novamente, não obteve êxito. Na decisão, o ministro Marco Aurélio sentenciou que, da forma como estava sendo realizado, o licenciamento de Belo Monte contrariava a Constituição. É necessário autorização do Congresso Nacional, que deve ouvir as comunidades indígenas. A primeira batalha estava vencida, mas a pergunta ficou no ar: o que estão escondendo em Belo Monte que não pode ser revelado para a sociedade brasileira?

A primeira ação judicial apontando os erros da UHE de Belo Monte durou quatro anos (2001-05). Foi o tempo que o governo federal levou para se conscientizar, após perder em todas as instâncias, de que o projeto não poderia ser executado como previsto: sem o licenciamento ambiental do Ibama, por se tratar de um rio federal, e sem a autorização do Congresso Nacional, uma vez que afeta terras indígenas.

Em 2005, o governo federal, já sob o controle petista, surpreendeu a todos ao retomar o projeto. O deputado federal Fernando Ferro, do PT de Pernambuco, apresentou no Congresso uma proposta de decreto legislativo que autorizava Belo Monte. Foi um grande susto, pois ninguém poderia imaginar que, sob o controle do PT, o projeto poderia ser retomado sem discussão com a sociedade. Numa reunião com sindicatos de trabalhadores, associações, lideranças indígenas e religiosas, movimento de mulheres e o MPF (Ministério Público Federal), dei a informação do que estava ocorrendo. Notei forte sentimento de indignação. Os líderes da sociedade civil mais bem organizada da Amazônia região da Transamazônica e Xingu – sentiram-se traídos.

Na verdade, a troca no governo federal não promoveu nenhuma mudança significativa no setor de energia. Os principais técnicos que o comandavam no governo do presidente Fernando Henrique eram os mesmos no governo do presidente Lula.

No mesmo ano de 2005, especialistas do Brasil e de fora lançam um livro, que pesa mais de um quilo, sobre os erros em relação a Belo Monte. O livro foi intitulado *Tenotā-Mo – Alertas sobre as Consequências de Barramento do Rio Xingu,* organizado por Oswaldo Sevá Filho, da UNICAMP, e editado por Glenn Switkes, da International Rivers Network, de saudosa memória. *Tenotā-mo* é uma palavra kaiapó que significa aquele que segue na frente.

O livro prova que a capacidade de geração de energia de Belo Monte chegará, no máximo, a um terço do que propaga o governo. O seu custo é altíssimo, diante da produção irrisória de energia. Durante alguns meses do ano, Belo Monte ficará parada em virtude da vazão do Xingu no período de seca.

Quando o livro foi lançado em Altamira, eu mesmo entreguei um exemplar à representante da Eletronorte. Disse que o governo tinha obrigação de mostrar que tudo aquilo estava errado. Ela me disse que eu teria uma resposta logo. Passaram-se cinco anos e a Eletronorte jamais mandou uma resposta nem rebateu os cálculos em qualquer revista científica.

Ao contrário, a proposta foi aprovada na Câmara e no Senado em tempo recorde: menos de 15 dias úteis. Um dos senadores o chamou de projeto bala. O "projeto bala" ocultava com a pressa a sua inconstitucionalidade. Assim, uma segunda ação contra Belo Monte foi proposta pelos procuradores da República no início de 2006. Eles tentavam mostrar que o Decreto Legislativo nº 788/2005 era inconstitucional uma vez que as comunidades indígenas afetadas não foram ouvidas. Conseguimos liminar para sustar o processo, mas ela foi derrubada um mês depois.

Essa ação teve idas e vindas, que paralisaram o empreendimento até 2007, quando uma decisão da então presidente do STF (ministra Ellen Gracie) suspendeu o entendimento do Tribunal Regional Federal de Brasília (TRF1) e liberou novamente o projeto.

No início de 2007, um fato inusitado surpreendeu o Ministério Público Federal. Os índios da Volta Grande do Xingu avisaram que o fluxo de voadeiras subindo e descendo o rio estava acima do normal. Disseram que brancos portando máquinas fotográficas, filmadoras e outros equipamentos que não souberam identificar paravam nas margens do rio, entravam pelos igarapés e recolhiam materiais do solo e da flora, sem pedir licença.

A suspeita era de que se tratava do início do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte. Até aí era previsível, embora muito rápido para o processo de licitação da escolha de quem faria esse estudo. Ainda estava recente a lembrança do

que aconteceu em 2000, quando a Eletronorte gastou R\$ 4,8 milhões num EIA que não serviu para nada, pois o licenciamento ocorria através do órgão ambiental do Pará, e não no Ibama, como manda a lei.

Em fevereiro de 2007, os representantes da Eletrobras foram chamados para uma reunião com procuradores da República. Informaram que a Eletrobras fez uma "parceria" com três das maiores empreiteiras do país — Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez — para confeccionarem o EIA. Trocando em miúdos, "parceria" significava contratação sem licitação, através de um "Acordo de Cooperação Técnica". Para quê? Para fazer consultoria ambiental. Quem? As empreiteiras. Mas fazer estudos ambientais é a área de atuação das empreiteiras?

A justificativa do acordo era surreal: exiguidade do prazo para a ultimação do EIA e a reconhecida e comprovada competência dessas empresas na mobilização, viabilização, condução e implantação de empreendimentos desse porte. As justificativas são falsas. Primeiro, porque não existia prazo para o EIA. Segundo, a comprovada competência das empreiteiras jamais poderia ser em consultoria ambiental.

O pior ainda estava por vir. O acordo tinha cláusula de confidencialidade. Ou seja, o resultado do EIA não poderia ser divulgado até a expedição da Licença Prévia, apesar de ser um acordo público e tratar de meio ambiente, assunto para o qual a publicidade é um dogma. Marcelo Ribeiro, um dos procuradores da República do caso, resumiu a história: é um cenário de absoluta irregularidade. Trata-se de uma dispensa de licitação ilegal, circundada por cláusulas estapafúrdias e contrárias ao interesse público, com informações privilegiadas a determinadas empresas em detrimento de concorrentes na eventual licitação da obra.

Porém, depois que fizeram o EIA, as empreiteiras mostraram total desinteresse em se associarem para fazer a obra. Interessante notar que, desde a retomada do projeto no ano 2000, o discurso do governo federal afirmava que a obra seria realizada e financiada pela iniciativa privada. Hoje o governo anuncia que fará a obra de qualquer jeito. Até com o BNDES financiando 80%, o que será motivo para mais questionamentos.

Voltando ao acordo com as empreiteiras, o MPF entrou com Ação de Improbidade Administrativa. Conseguiu parar a execução. Em seguida, a decisão foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal, em Brasília, onde o caso não foi julgado.

esde a década de 90, tudo o que os indígenas do Xingu solicitavam era falar com o presidente da República sobre Belo Monte. Uma das tentativas de suas entidades foi promover o II Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em maio de 2008. A população local se preparou para receber os indígenas. No ginásio que sediou o evento milhares de pessoas lotavam as arquibancadas. Os indígenas entoavam cantos e gritos de guerra como se as vozes pudessem ecoar Xingu a fora.

Altamira possui o movimento social mais atuante da Amazônia. Os colonos, que chegaram com a abertura da Transamazônica e conseguiram sobreviver à propaganda enganosa da ditadura militar, juntaram-se aos povos tradicionais, indígenas e ribeirinhos, somando forças contra fazendeiros e madeireiros, normalmente financiados pela Sudam e pelo Banco da Amazônia. Esse confronto fez a região produzir vários líderes importantes, como Ademir Federicci (o Dema), Bartolomeu Silva (o Brasília) e Irmã Dorothy. Todos foram mortos no embate contra um modelo insustentável de desenvolvimento. Conheci todos eles.

Os principais apoiadores da luta dos indígenas estavam presentes no Encontro. O bispo do Xingu, D. Erwin Krautler, vencedor do "Nobel Alternativo" de 2010, fez um discurso emocionante, profetizando o

que chamou de genocídio. Antônia Melo, do Movimento Xingu Vivo para Sempre, chamou a atenção para os efeitos negativos sobre a biodiversidade e a população de Altamira quando o rio se tornar um lago. Oswaldo Sevá, da Unicamp, demonstrou catedraticamente a inviabilidade econômica da usina.

O representante do governo no encontro não era o presidente da Eletrobras nem o ministro das Minas e Energia, tampouco o presidente da República, tão esperado. Enviaram um servidor da Eletrobras, o engenheiro Paulo Fernando Rezende, que falou por cerca de 40 minutos. Ele foi interrompido várias vezes por vaias das arquibancadas. Após uma das interrupções, disse que a barragem vai sair, queiram ou não. Disse também que morava no Rio de Janeiro, onde não ficaria sem eletricidade.

Sentados no salão do ginásio, os indígenas apenas ouviram, pacientemente, sem que qualquer reação fosse esboçada. Depois do discurso oficial, os Kaiapó levantaram e iniciaram a dança da guerra, brandindo flechas, lanças e facões. Eram mais de 600 índios e a manifestação foi contundente. Na confusão, o engenheiro teve um corte no braço. As imagens do sangue do branco correram o mundo.

Após o episódio, estive com os índios, ainda muito tensos, em seu acampamento. Eles se sentiram desrespeitados. Deramse conta de que a decisão por Belo Monte estava tomada e que não seriam ouvidos, como manda a Constituição do Brasil. Achavam que iriam discutir o empreendimento, já que esperavam por tanto tempo uma conversa com um representante do governo. Ouviram que a barragem seria construída e se sentiram enganados. Um kaiapó benajoro (líder grande) me disse algo para não esquecer: essa barragem mata o rio, matando o rio, mata a gente também. Então, vamos morrer lutando.

s audiências públicas de Belo Monte não serviram para nada. Todo o esforço da sociedade civil, sobretudo o dos 39 cientistas que estudaram o impacto da barragem, apresentado no Painel dos Especialistas, foi desprezado, como mostra o parecer do Ibama de 23.11.09: tendo em vista o prazo estipulado pela Presidência, essa equipe não concluiu sua análise a contento. Algumas questões não puderam ser analisadas com a profundidade apropriada, entre elas as questões indígenas e as contribuições das audiências públicas. O governo simplesmente não deu a mínima para questões que colocavam em xeque a viabilidade do projeto.

No final de 2009, a Casa Civil da Presidência da República entrou em cena. Pressionou dirigentes do Ibama para concederem a licença. Os técnicos concluíram que não havia tempo nem dados suficientes no projeto do governo. O diretor de licenciamento se exonerou. Mesmo assim, o então presidente do Ibama, Roberto Messias, exigiu parecer conclusivo de seus subordinados em 27.01.10. Em resposta, os técnicos afirmaram que faltavam dados sobre ictiologia, quelônios, cavidades naturais, qualidade da água e hidrossedimentologia.

As informações técnicas foram em vão. O Ibama concedeu a licença quatro dias depois, sem os dados. O MPF entrou com ação judicial contra o governo, fundamentada em sete irregularidades. Entre elas, deve ser destacada a quantidade de água que será liberada no trecho de 100 quilômetros da Volta Grande do Xingu, por onde o rio não mais passará em virtude de um desvio. Trata-se de uma região que acolhe pelo menos 12 mil famílias e 372 espécies de peixes.

A Eletrobras propôs que a Volta Grande seja irrigada com apenas 4 mil m3/s. O Ibama diz que deve ser o dobro e, ainda assim, mediante o desaparecimento de várias espécies de peixes. Os peritos do

MPF, analisando o volume de água do Xingu na série histórica de 1971 a 2006, comprovaram que as turbinas só geram energia se passarem por elas 14 mil m3/s de água. Somaram esse volume aos 8 mil m3/s propostos pelo Ibama. Chegaram a 22 mil m3/s. Nos 35 anos observados, em 70% do tempo o Xingu não foi capaz de atingir esse volume, nem nas épocas de maior cheia. Portanto, os estudos demonstraram que não há água suficiente para gerar energia naquela que, se um dia sair do papel, será a obra mais cara do Brasil.

Os procuradores da República que redigiram a ação, Cláudio Terre, Bruno Gütschow e Ubiratan Cazetta, concluíram que Belo Monte traz impactos socioambientais sem precedentes na construção de usinas hidrelétricas no Brasil. A liminar foi concedida, mas derrubada dias depois.

Aviolência do governo em construir Belo Monte a qualquer custo não atinge apenas os povos indígenas do Xingu, os não indígenas e o meio ambiente. Atinge o bolso de todo o contribuinte brasileiro, ou seja, de cada um de nós. Isso porque os últimos cálculos demonstraram que ela custará mais de 3/4 do que custou Itaipu, e com a produção de energia de apenas 1/4 desta.

Não existe geração de energia sem impactos, mas o custo dos impactos das hidrelétricas na Amazônia são tão fortes que elas não podem ser consideradas nem limpas nem baratas. Célio Bermann, professor da USP, disse isso ao presidente Lula na reunião que tivemos em 2009. Dom Erwin Krautler advertiu Lula que este estava sendo enganado pela assessoria da presidência. Nessa reunião, Dom Erwin enfatizou ainda que Belo Monte era um desastre e que podia provar isso.

No dia 22 de julho de 2009, o presidente Lula recebeu lideranças indígenas e sociais, representantes da comunidade científica e do MPF. Todos mostramos a inviabilidade social, ambiental e econômica da obra com relatos, slides e cálculos. Ao final, o presidente deu a palavra de que o governo não enfiaria Belo Monte goela abaixo. No entanto, desde a reunião, o comportamento tem sido o oposto. Os representantes do setor de energia do governo se recusaram a participar da audiência pública organizada pelo MPF para tratar do tema. Fizeram o mesmo nas Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado.

Notícias mostraram que o governo pressionou o Ibama para aprovar uma Licença de Instalação "parcial", algo que não existe na legislação ambiental brasileira. Essa é a tentativa de se tornar o empreendimento um "fato consumado". E o que é pior: com algo em torno de R\$ 19 bilhões de dinheiro público, emprestado a juros subsidiados por nós — valor que é inferior ao custo integral da obra. Alguém vai sair ganhando, mas não será nem a sociedade brasileira nem tampouco o povo do Xingu.

No caso de Belo Monte, há um custo ambiental extra que não foi quantificado: inundada pelo reservatório, a decomposição da floresta de mais de 500 km2 vai liberar, quando a água passar pelas turbinas, enormes quantidades de metano – gás do efeito estufa que é 25 vezes mais poderoso do que o gás carbônico.

Os burocratas do setor elétrico são essencialmente barragistas, pois enxergam a geração de energia vinda quase que exclusivamente da água: 70% do total da energia elétrica gerada no Brasil provêm de hidroelétricas. Descartam oportunidades de promoverem a eficiência energética – tão em moda na Europa e na Califórnia –, a repotenciação das turbinas antigas ainda em operação, a troca das linhas de transmissão, a promoção de fontes alternativas de energia. Nada que traga o novo é considerado.

Espera-se, parafraseando o moleiro de Sans-Souci, que ainda se possa dizer que há juízes no Brasil, e que uma das ações judiciais propostas pelo MPF mude o curso do vento sombrio que sopra do Planalto Central para a Amazônia. Tudo para que esses relatos não sejam a crônica da morte anunciada do sagrado rio Xingu.

Alicença Prévia (LP) de Belo Monte foi concedida pelo Ibama com 40 condicionantes ambientais e 26 indígenas em fevereiro de 2010. A LP não permite o início da obra, pois é apenas uma licença preliminar de planejamento. Por ela, o órgão licenciador diz que estão aprovadas localização e concepção do empreendimento. Para que a obra propriamente dita pudesse ser iniciada, é necessária a obtenção de uma outra licença – a Licença de Instalação (LI).

Por aí se nota que falar no início de obras de Belo Monte é desconhecer a sistemática do licenciamento ambiental no Brasil. Para que o consórcio Norte Energia, formado às pressas na véspera do leilão da usina, pudesse iniciar as obras, ele precisa cumprir as condicionantes. Muitas dessas condicionantes são, na verdade, pendências que não foram resolvidas na LP.

Entre as 40 condicionantes ambientais cita-se, a título de exemplo, a de nº 09. Ela determina: (i) início da construção e reforma de equipamentos de educação/saúde em Altamira e Vitória do Xingu; (ii) início das obras de saneamento básico nesses municípios e (iii) implantação de saneamento básico em Belo Monte antes da

construção dos alojamentos. O MPF teve acesso a documentos dessas prefeituras que mostram que nada foi feito até 2010.

Outra condicionante, desta feita a indígena de nº 05, exige, entre outras medidas: (i) a demarcação física das Terras Indígenas Arara da Volta Grande e (ii) Cachoeira Seca; (iii) o levantamento fundiário e início da desintrusão (retirada de não índios) da TI Apyterewa. Nada disso se faz do dia para a noite. O MPF mesmo tem tentado há décadas.

Com efeito, o próprio Estudo de Impacto Ambiental feito pela Eletrobras e empreiteiras prevê que a migração de trabalhadores em busca de emprego na obra será de 100 mil. Considerando que a população atual de Altamira é de 94 mil e que o máximo de postos de trabalho gerados pela obra será de cerca de 19 mil – e isso apenas no terceiro ano –, é fácil concluir que, além da explosão demográfica, Altamira terá, no mínimo, 80 mil pessoas desempregadas.

Essa é uma pequena amostra do caos social que se estabelece com a liberação da Licença de Instalação sem o cumprimento das condicionantes em termos de educação, saúde, segurança pública e, sobretudo, organização fundiária — responsável pela fama internacional de Altamira.

Tudo isso acontece justo agora que a região vem investindo em seu verdadeiro

desenvolvimento econômico; justo agora que os projetos de reflorestamento começam a dar resultado; agora que ela se tornou a maior produtora de cacau do Brasil; agora que uma fábrica de chocolate e pequenas usinas de beneficiamento de frutas e óleos vegetais se instalaram.

A Norte Energia tentou uma manobra para driblar o cumprimento das condicionantes e pediu uma licença de instalação parcial para o canteiro da obra. Porém, isso não existe na legislação brasileira. O canteiro já é a obra. Ou alguém acha que não haverá imigração apenas com o canteiro? Em outubro de 2010, a equipe técnica do Ibama negou essa manobra justamente pelo descumprimento das condicionantes.

E não se pode alegar que haverá compensação para os municípios afetados com a liberação de mais recursos públicos. Seriam esses recursos suficientes para a construção e manutenção de hospitais, escolas e órgãos do sistema de justiça e segurança numa região que dobrará sua população? Esses recursos dobram o orçamento anual de Altamira também? É claro que não.

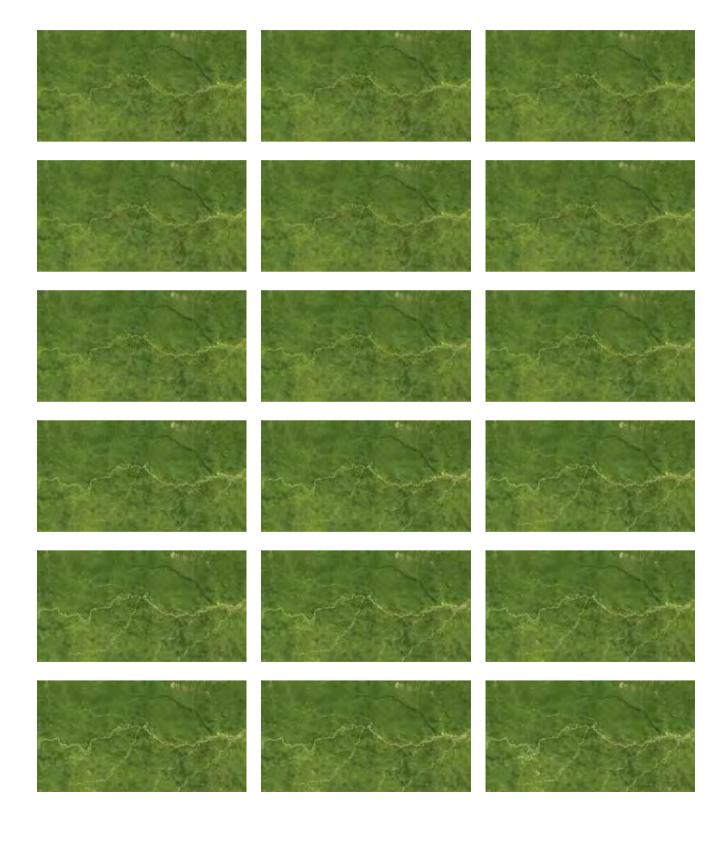
O que está sendo desenhado não é diferente de um *déja vu*. Ficamos com o caos social e os danos ambientais. As multinacionais de eletrointensivos ficam com a energia, ainda que pífia, diante da mega obra.

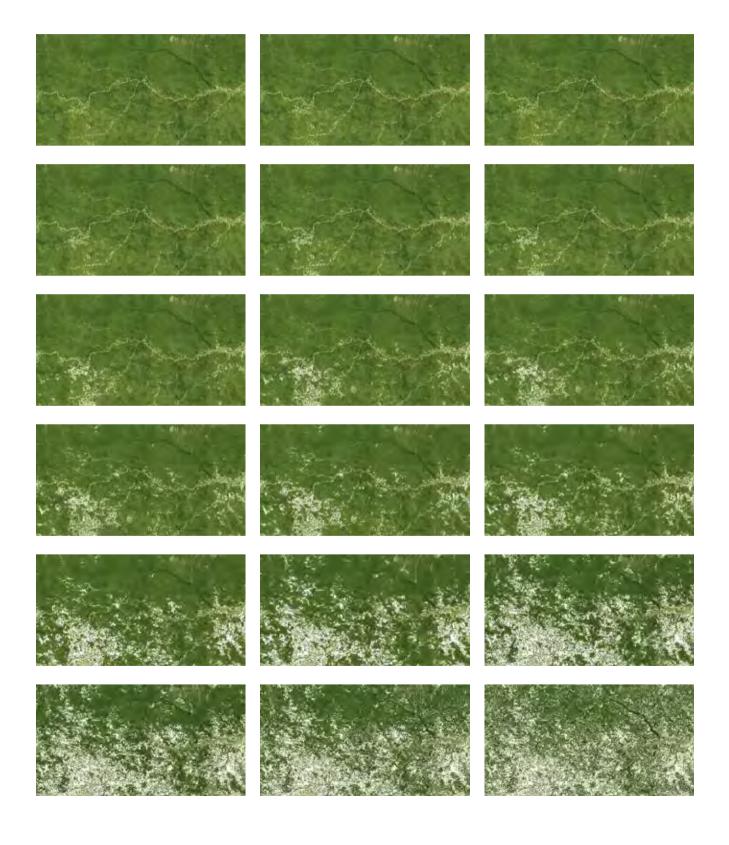
# WHITE NOISE

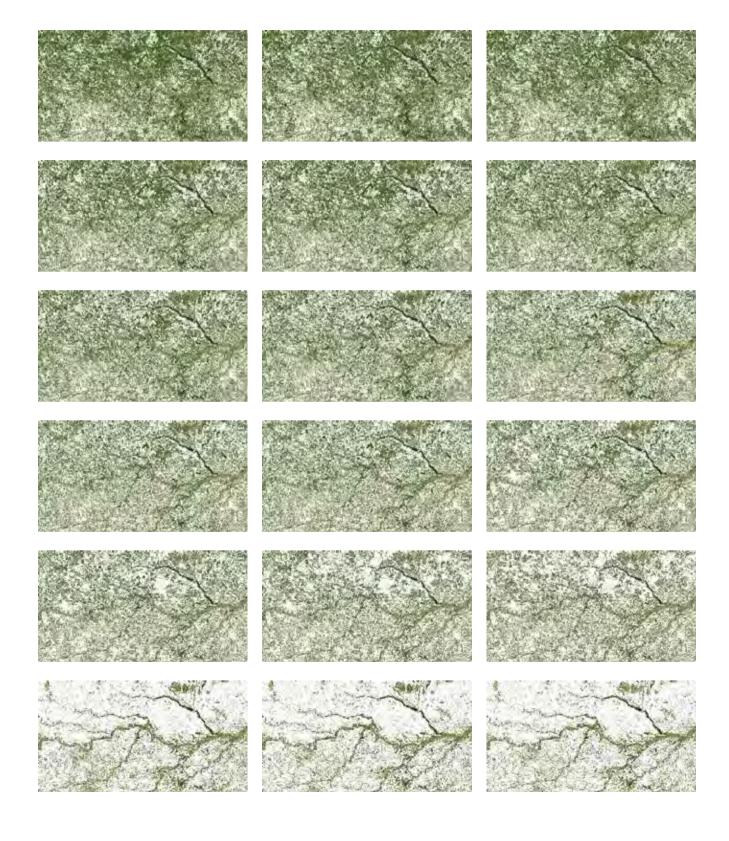
Angela Detanico e Rafael Lain

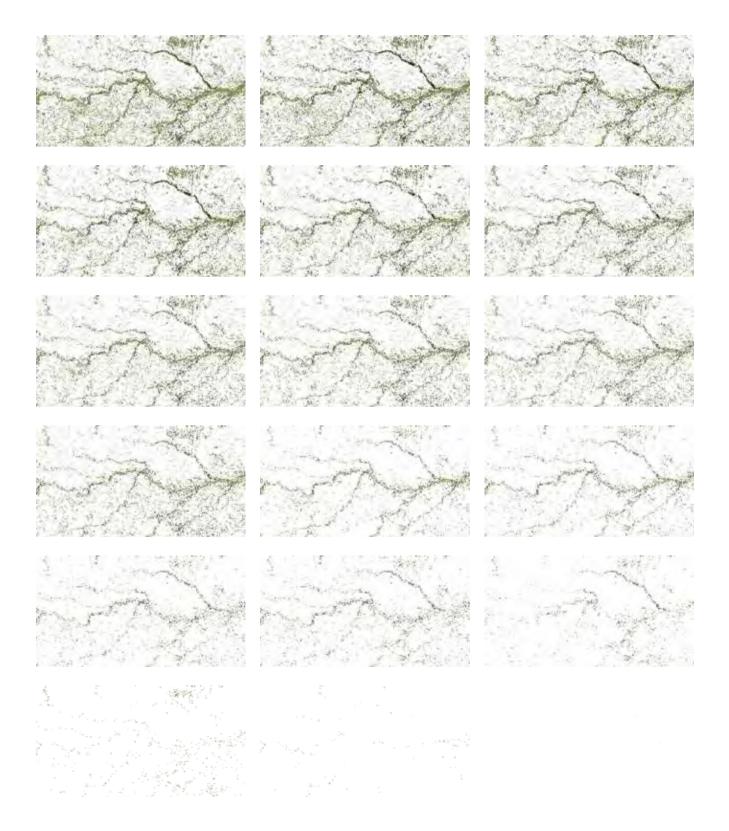
Artistas, trabalham e vivem em Paris e São Paulo. www.detanicolain.com











#### **APAGAMENTOS**

### Renata Marquez

Editora de PISEAGRAMA. www.geografiaportatil.org

s mecanismos do progresso foram capazes de produzir uma grande ficção. Ficção da exploração inesgotável da natureza, ficção da aceitação da desigualdade entre os homens e ficção da ilegitimidade dos modos utilizados, por certos grupos, para compreender o mundo. Mas, enfim, estamos falando de realidade ou de ficção?

Essa dúvida não consegue ser resolvida porque a ficção está presente nos próprios processos de produção do real. Se a ficção é o motor do pensamento, o real é a sua criação mais trivial. E se o real é moldado pela simulação, podemos vislumbrar vários reais possíveis, através de outras ficções imagináveis que, apesar dos seus limitados portes e aportes, desafiam o otimismo do progresso. Há cerca de um século, esse otimismo difunde globalmente a lógica da aceleração econômica e tecnocientífica, indício ainda operante em pequenas e grandes obras dos dias de hoje.

A ficção centenária do progresso baseia-se na estratégia de provocar suces-sivos apagamentos. Esses apagamentos obedecem à vontade utópica da *tabula rasa* ou tábua rasurada, isto é, ao desejo de se rasurar o mundo existente para escrever ou desenhar sobre ele como sobre uma folha de papel em branco: intervir numa superficie apagando o relevo das formas alheias à

intenção da sua remoção e substituição por um modelo alienígena. A tábua rasurada negligencia violentamente qualquer preexistência, seja ela representada por humanos, não humanos, ocupações territoriais ou modos de vida em grupo.

Agenealogia do apagamento in progress tem o início de sua história na operação de excluir algo ou alguém do mapa. A Europa construiu, desde o século XV, o abismo entre o Velho Mundo e o Novo Mundo, enfraquecendo qualquer possibilidade de coexistência. Apagados como seres humanos contemporâneos, os nativos das Américas habitavam um território considerado "grau zero" ou "estado de natureza", lugar no qual se enxergava enorme riqueza de recursos naturais e se negociava o insaciável ímpeto de exploração e produção em massa de inexistências humanas.

No entanto, o ataque crítico à ideia hegemônica de progresso, que reconhece a esgotabilidade dos recursos naturais, a coexistência de distintos mundos, a prática da troca entre modos cognitivos diversos e a busca da ampliação da noção de crescimento a partir de outros valores que não exclusivamente os econômicos, produz fissuras visíveis na estratégia da tabula rasa da modernidade quincentenária. Se, por um lado, a fábula do progresso impera no imaginário social, na mídia e nos planos de governo, por outro, as fissuras da *tabula rasa* deixam emergir arqueologias digitais que contam histórias a partir de outros pontos de vista e fazem brotar, da sua própria tecnologia reconquistada, outras fábulas possíveis.

Angela Detanico e Rafael Lain produziram "White noise", um vídeo de 4 minutos que explicita a estratégia da tabula rasa através da ferramenta digital de manipulação de imagens posta a operar num ritmo frenético. A manipulação das imagens confunde-se com a manipulação de territórios e de pessoas. A visão totalizadora do mapa e do plano de (des)ocupação reflete a magnitude do desejo de exploração e domínio da natureza. O gesto de derrubar uma floresta ganha o caráter pueril de se apagar uma área selecionada à distância, aleatoriamente, mas que, assustadoramente, é acelerada pela velocidade do *loop* das imagens no vídeo.

Pouco a pouco, o processo digital apaga cada matiz da imagem, enquanto a trilha de fundo reproduz também o ruído branco sonoro. "White noise", ou ruído branco, é um sinal aleatório feito pela combinação simultânea de sons de todas as frequências. Por conter sons de todas as frequências, o ruído branco é usualmente empregado para mascarar outros sons.

Os satélites popularizados pelo *Google Earth* são responsáveis por disponibilizar imagens do mundo às quais nada escapa; onde, em princípio, tudo está visível. A obsessão pela visibilidade produz uma coleção de dados que supostamente produziriam conhecimento para saciar cada espírito científico, transferindo a exploração de terras desconhecidas para a exploração de imagens reconhecidas.

Mas que máscaras são criadas nesse poderoso processo de visualização? Quanta coisa acontece sob a seleção do cursor famigerado que não se vê, não se escuta e não se preserva, prestes a desaparecer num piscar de olhos e num selecionar de botão? Os dados estão visíveis no *Google Earth*, mas não vemos o ato político no qual cada matiz é apagado da imagem, ou seja, não vemos o ato mesmo no qual cada fragmento verde desaparece do território.

Somos reposicionados na condição de exploradores, à maneira dos naturalistas de séculos atrás. Somos transformados em naturalistas que desnaturalizam as imagens e que vagueiam na sua superfície técnica com desconfiança da sua verdade, pois não há uma chave prévia para o entendimento

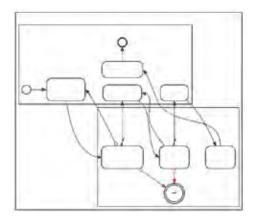
daquele fenômeno que se explicita pela primeira vez. Então, de qual linguagem estamos falando? Chegamos ao bívio que separa o caminho da arte do caminho da ciência e vemos esse bívio se desfazer e se transformar num emaranhado de trilhas: usar a arte para falar de ciência e usar a ciência para falar de arte.

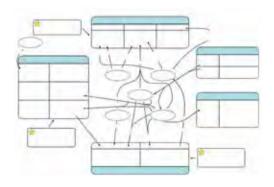
"Dialeto", de Marcelo Drummond, é, por sua vez, também uma forma de inversão do efeito tabula rasa: o poder de definir as metas e os meios do mundo, comumente encontrados na linguagem técnica e (curiosamente) abstrata dos diagramas, é subitamente deslocado para o meio digital, num silêncio perturbador sobre os resultados e as estratégias. O que fazer? Como fazer?

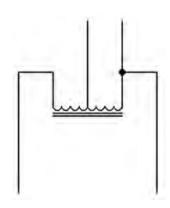
O apagamento executado sobre as imagens selecionadas na Internet é, em si mesmo, um novo dialeto que se pronuncia contra a hegemonia do conhecimento científico e, subversivamente, contra uma ordem imposta lá de longe. Não se estranha, frequentemente, o diagrama como-ordem, mas estranha-se imediatamente o diagrama-saqueado. O apagamento autoritário da tabula rasa é transformado em apagamento como direito à ação que preenche e não extermina. A

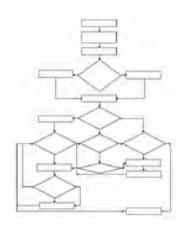
redução da complexidade do mundo à linguagem dos números é apagada também através de um comando de seleção do computador, que liberta os diagramas para falarem outras línguas e evidencia a utopia de controle do mundo. A ciência mercadoria, exportadora de modelos de gestão, é destronada pela abstração gráfica da arte – uma outra linguagem epistemológica possível.

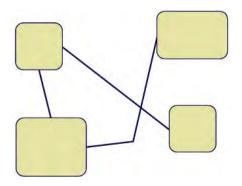
"Dialeto" abre espaço para a variedade geolinguística, dá lugar discursivo à autonomia no processo de tomada de decisões e funciona conceitualmente, como potência, como um *hacker* nos planos de gestão. Imagens analíticas, feitas para guiar uma decisão ou um raciocínio, são transformadas em figuras enigmáticas e inocentes, meros brinquedos de governo, mapas de-lugar-nenhum, registros da metafísica criminosa do mundo. Se os números de fato não dizem tudo, a ausência deles nesse novo Dialeto diz muito sobre a sua feliz incapacidade de explicar o mundo e o seu caráter de ficção.

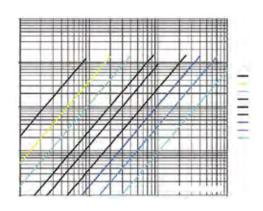








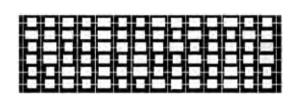




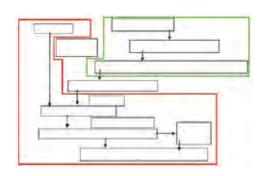
# **DIALETO**

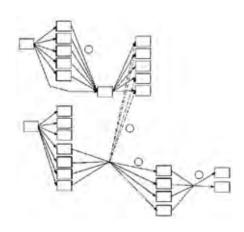
## Marcelo Drummond

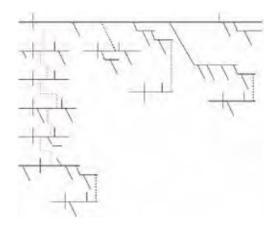
Artista gráfico, professor da Escola de Belas Artes da UFMG, membro-fundador do Laboratório PIRACEMA de Design e integrante do Grupo GRAMMA.

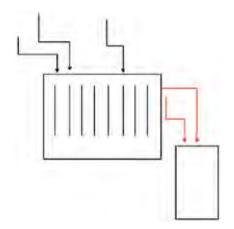


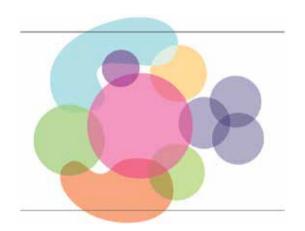


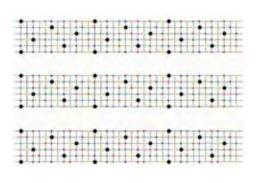


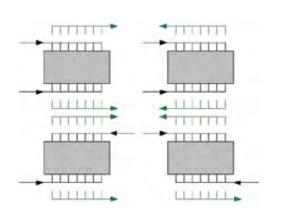


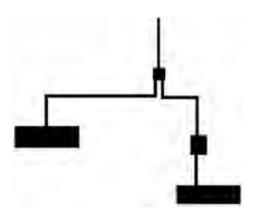












#### A MARCHA PODEROSA DOS PONTOS

Roberto Andrés

Editor de PISEAGRAMA.

Em janeiro de 2003, enquanto a nave espacial Columbia flanava no espaço com sérios danos em suas asas, diretores da NASA reuniram-se para avaliar os riscos. O *slideshow* utilizado na reunião foi considerado uma das causas do acidente. "É fácil entender como um diretor sênior pode ver esta apresentação e não perceber que se trata de uma situação de alto risco", concluía o comitê de investigação, criticando a NASA pela cultura de trabalho em que "o uso endêmico do *PowerPoint*" substituía a análise técnica rigorosa.

A Columbia se desintegrou quando regressava à Terra, matando os sete tripulantes. As falhas de comunicação geradas com o *PowerPoint* não ecoaram, mas subsidiaram as críticas à ubiquidade das apresentações de *slides* e à simplificação do pensamento que elas provocam. Em artigo de 2005, Ruth Marcus cita o acidente para argumentar que a facilidade com a qual o *PowerPoint* reduz qualquer assunto "a uma série de itens, elimina nuances e permite, ou até mesmo encoraja, a ausência de pensamento sério." Afinal, "para quê pensar se o *Auto Content Wizard* faz isto por você?"

Edward Tufte, professor emérito de computação e design na Universidade de Yale, é um dos mais contundentes críticos à cultura do *slideshow*. Em artigo intitulado "*PowerPoint* is Evil", de 2003, Tufte propunha um *recall* global do *software*, por vir de fábrica com os defeitos de induzir a estupidez, a chatonice e "degradar a qualidade e a credibilidade da comunicação." O seu principal argumento é de que o *slideshow* convencional supervaloriza a forma sobre o conteúdo e, assim, distorce e banaliza ideias em prol de uma coerência estipulada pela ferramenta.

Sete anos depois do *recall* proposto por Tufte, o então comandante das tropas americanas no Afeganistão, General Mc Chrystal, se deparou com um *slide* de arrepiar os cabelos. "Quando entendermos isso, teremos vencido a guerra", comentou sobre o gráfico extremamente complexo (popular na Internet pela semelhança com um prato de espaguete) que abordava a situação da guerra no país de Osama Bin Laden.

Nos Estados Unidos, o exército é conhecido como uma das instituições mais adeptas ao *slideshow*. Já em meados da década de 90, quando o mundo apenas engatinhava na computação gráfica, os soldados americanos nadavam de braçada em *cliparts*, *charts* e *bullets*. Reza a lenda que, na guerra da Bósnia, em 1996, o intérprete Jim Nelson traduziu para o inglês o comentário de um soldado russo: "Se um dia entrarmos em guerra, mataremos vocês enquanto estiverem fazendo seus *PowerPoints*".

Pode-se enxergar alguma profecia na fala do russo. Ao responder a um questionário na guerra do Iraque, em 2009, o tenente Sam Nuxoll afirmou que dispensava a maior parte de seu tempo fazendo apresentações em PowerPoint. Em seguida, desabafou: "Tenho que fazer apresentações completas, com imagens, gráficos e sumários sobre absolutamente qualquer coisa que aconteça." Foi assim que jovens oficiais, que tomam grande parte de suas jornadas manejando um *Storyboard*, ganharam a alcunha de *Power Point Rangers*.

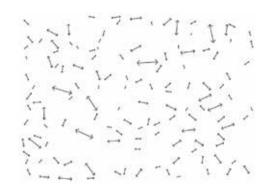
Mas a unanimidade tem limites, até no exército ianque. A página *Death by Power-Point*, na Wikipédia, elenca insurreições e

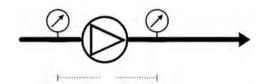
inconfidências contra o *software*. Encontram-se ali o caso do corajoso brigadeiro Herbert McMaster, que baniu o *Power-Point* de suas operações e obteve sucesso, do insolente coronel Lawrence Sellin, que perdeu seu posto por criticar a excessiva dependência dos militares com os métodos de apresentação, e do sincero general James Mattis, que asseverou: "*PowerPoint* nos torna estúpidos".

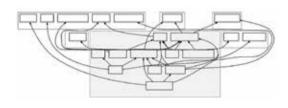
Já o talentoso capitão Patriquin produziu, no Iraque, uma apresentação inovadora de slides. Aventando os efeitos de se ampliar o poder da população local, utiliza personagens estereotipados (o soldado, o cidadão, o xeique, o terrorista) para esboçar um panorama social da guerra. Os 18 *slides* ilustram uma narrativa simplória com desenhos pueris. Em meio a apresentações sofisticadas e de alto orçamento, a de Patriquin foi um dos documentos estratégicos no ano de 2005.

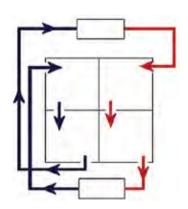
Em artigo publicado no *Small Wars Journal*, com a alcunha de Starbuck, Crispin Burke toma as dores do *PowerPoint*. Utiliza o caso do capitão Patriquin para argumentar que o programa, como qualquer outro, pode ser "útil desde que bem utilizado". Para além de platitudes, nota-se que o *case* de referência não se serve de nenhum dos recursos diferenciados do *software* (gráficos 3D, animações, edição simultânea, áudio, vídeo). A *presentation* de sucesso poderia ter sido feita, idêntica, com papel branco e meia dúzia de lápis de cor.

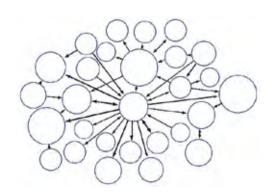
Om o nome *Presenter*, surgiu em 1985 um programa para computadores da Apple para fazer apresentações de *slides*. A empresa que o produzia, a Forethought, foi comprada pela Microsoft em 1987 por

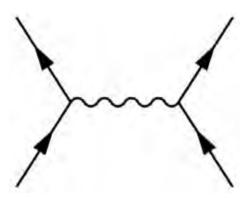












14 milhões de dólares. O nome original foi substituído graças a pendengas jurídicas. Desde 1994, o *Microsoft PowerPoint* domina o mercado e é utilizado hoje por incontáveis milhões de usuários, das mais diversas áreas do conhecimento.

Na década de 90, quando a Microsoft reinava poderosíssima na informática pessoal, o *PowerPoint* era seu porta-bandeiras. Não era o principal produto, mas aquele em que os efeitos vinham à tona. A cultura digital da época espelhava a da empresa de Bill Gates tanto em aspectos gráficos como em organização de conteúdo. Nas páginas de Internet e *cd-roms* dos anos 90 são comuns as ilustrações tipo *cliparts*, os fundos *degradés*, as tipografias e cores desconjuntadas, assim como a ênfase na organização em árvore, muitas vezes reproduzindo critérios empresariais ou pseudo-científicos.

Neste início de século, o crescimento exponencial da Apple e da Google revirou essas duas tendências. Com a empresa de Steve Jobs e seus badalados *Ipods*, cresceram as interfaces gráficas limpas e sofisticadas, que preferem poucos elementos a funcionalidades complexas. Com a Google, mudou-se o paradigma de armazenamento e acesso a dados, de modo que os mecanismos de busca substituem cada vez mais a categorização exaustiva.

As novas bolas da vez da informática (Facebook, Twitter e seus primos menos ricos) são herdeiros dessa mudança de cultura: têm poucas funções, são *cleans*, rápidos e descomplicados. Os seus nominhos onomatopéicos destoam do empresariês com nome e sobrenome dos produtos da Microsoft. (Essa lembra uma tia-avó extravagante, cujas roupas, gírias e gestos démodés não inibem sua insistente onipresença). Nos dias atuais, talvez o PowerPoint represente o principal foco de resistência da Microsoft e de sua cultura. Foco que irradia dos Estados Unidos, mas que encontra solo fértil nos trópicos e se alastra entre empresários, marqueteiros, políticos, advogados, arquitetos, cientistas, engenheiros, professores, párocos, técnicos de futebol, cidadãos comuns e Presidenta da República.

Dilma Roussef, desde os tempos do Ministério de Minas e Energia, era famosa pelo esmero em apresentações de slides detalhadas e sonolentas. Na presidência, elas já foram ponto de comparação entre o seu estilo e o de Lula. Enquanto ele domina a oratória, bravateia com jargões e metáforas de toda sorte, ela opera com maestria o software da Microsoft para apresentar estudos, tabelas, gráficos, imagens e pontos, muitos pontos.

A presidenta faz parte de um tipo político em ascensão. Com menos experiência política que administrativa, abusam de termos como choque de gestão, plano de metas, empowerment, déficit zero. São formais e se vendem por sérios. Muitas vezes, suas plataformas políticas têm como meta o próprio meio (a gestão eficiente) e esquecem-se do fim (a agenda programática). Não são hábeis em discursos, não emocionam, têm pouco jogo de cintura, mas conquistam espaço manejando números em planilhas e projetando gráficos coloridos.

Com o Excel sob um braço e o Power-Point sob o outro, os gestores multiplicam-se pela burocracia pública. De modo que se torna cada vez mais difícil imaginar algum departamento de alguma secretaria de algum órgão público que não utilize planilhas, gráficos e slides para lidar com seus assuntos.

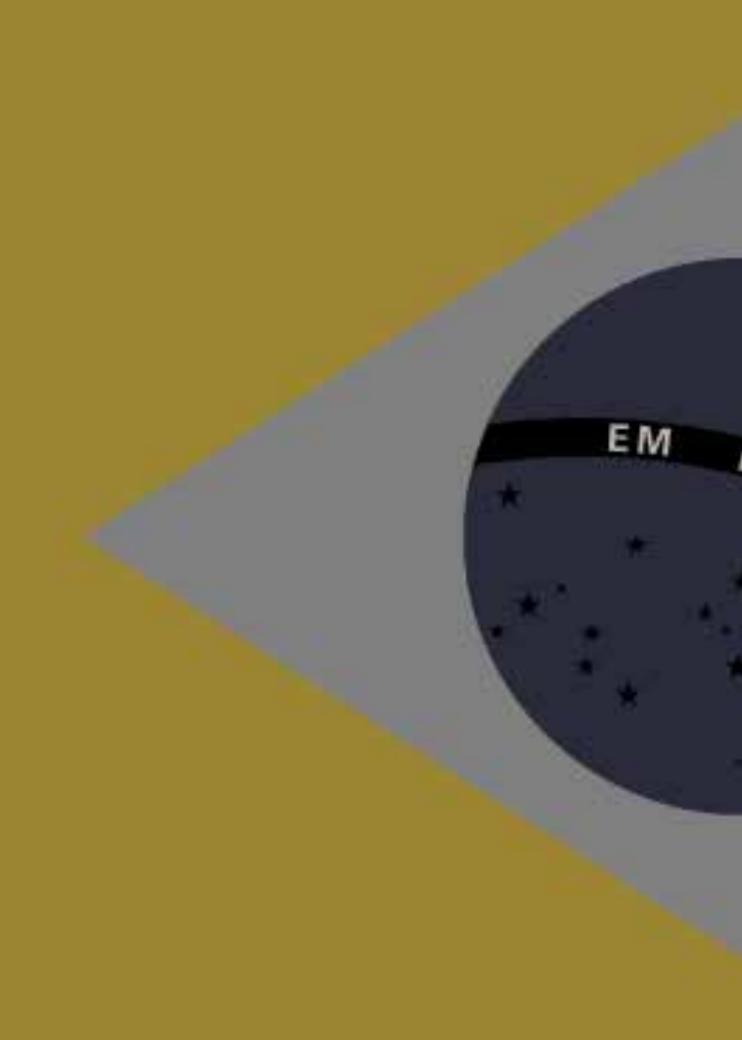
Com a crescente informatização da sociedade e das instituições no Brasil, em poucos anos chegaremos perto de uma tão desejada democratização do digital. Se o país pode aproveitar para dar improváveis saltos sociais, educacionais e culturais, pode também, em seu afã de olhar para fora, referenciar-se nas experiências pioneiras da América. Quem sabe não aprenderemos a burocratizar intermináveis guerras e a capotar nossas próprias naves espaciais?

Nos últimos 6 anos, o Ministério da Educação fez chegar 800 mil computadores a escolas públicas brasileiras – fora aqueles advindos de programas estaduais e municipais. A informática adentrará cada vez mais os processos pedagógicos. As possibilidades de pesquisa ampla, trabalho colaborativo e expansão do universo cultural dos estudantes são evidentes e promissoras. Por outro lado, a pouca quantidade de material e metodologias de qualidade, somada a um certo deslumbramento com a tecnologia, pode fazer da informatização atabalhoada um tiro no pé do ensino.

Cada vez mais, trabalhos escolares e aulas expositivas convertem-se em *slides*, prática bastante criticada por Edward Tufte e Ruth Marcus. Ambos apavoram-se com a chegada do *PowerPoint* nas escolas. Criticam o fato de estudantes substituírem o exercício de escrita e reflexão pela itemização simplista, engajarem-se mais na forma do *slide* que na qualidade do conteúdo e modelarem seu pensamento com excesso de comercialismo.

Entra ainda na equação, no caso brasileiro, o *PowerPoint* caseiro. Fenômeno global, como o futebol, desenvolve-se com especial potência nessa terra de talentos. Flores e animais exóticos, mentiras políticas, pseudo-análises sociais, pérolas da autoajuda e piadas infames são apenas a ponta do *iceberg* de *spams. ppt* que circulam diariamente na Internet. Não deixa de ser plausível e incômoda a possibilidade de esse caldo ralo de cultura respingar no ensino.

Por outro lado, essa verdadeira manifestação pop via slideshow no cotidiano não deixa de ser a outra face da profusão de gráficos 3D, estatísticas duvidosas e tabelas indecifráveis nas instituições. Eis que, pela mesma ferramenta com que se fazem as apresentações mais aborrecidas, surge um acervo enorme de curiosidades e leviandades em geral. Atualizam-se, num clicar de mouse, os dois tipos sociais proeminentes no Brasil – as duas colunas máximas da opinião –, deflagrados por Machado de Assis no século 19: os frívolos, que não levam nada a sério, e os graves, que se levam a sério demais. Na era cibernética, ambos engrandecem as estatísticas de instalação de cópias piratas do Microsoft PowerPoint 2010<sup>™</sup>.





## **EM PROGRESSO**

Wellington Cançado









Editor de PISEAGRAMA

Em Progresso, Mato Grosso, atendendo ao abaixo-assinado protocolado pelos moradores da rodovia MT 358, principal avenida da cidade, a Prefeitura executou o corte das 55 árvores da espécie *Fícus Benjamina*, que haviam sido plantadas quando do surgimento da região na década de 1960. A alegação dos moradores é que as árvores danificavam as residências próximas. O que o documento não diz é que os *Ficus* estavam plantados no canteiro central da avenida-rodovia, a uma distância enorme das tais residências. Mas, posteriormente ao ocorrido, e graças à polêmica gerada pela magnitude da devastação, uma

pesquisa feita pela própria Prefeitura indicou que 70% dos moradores de Progresso concordaram com o corte.

Progresso é distrito do município de Tangará da Serra e, além da avenida agora sem árvores, tem outras 17 ruas que formam uma malha urbana praticamente quadrada de 9 x 9 ruas com uma única "área verde", a praça-rotatória localizada bem no centro da malha.

Apesar de sua insignificância urbana e sua evidente condição periférica, Progresso localiza-se numa das regiões com maior produção global de soja, no epicentro das plantações que avançam em direção ao cerrado, ao pantanal e à floresta no Brasil, desafiando de forma eloquente as tradicionais categorias de centro e periferia, ao mesmo tempo que, como o próprio nome indica, reafirma a eterna vocação brasileira para o progresso.

Progresso é só um das centenas de lugares que apareceram no mapa a partir da década de 1960 patrocinados pelo plano de recolonização e interiorização do Brasil, colocado em marcha pelo Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, que tinha na construção de Brasília sua "Meta-Síntese".



Para JK, "Brasília não poderia e não deveria ser uma cidade qualquer, igual ou semelhante a tantas outras que existiam no mundo", deveria ser acima de tudo "uma metrópole com características diferentes, que ignorasse a realidade contemporânea e se voltasse, com todos os seus elementos constitutivos, para o futuro". Os fundamentos utópicos que regem o plano, não só o Plano-Piloto, mas todo o Plano de Metas, emergem da ruptura radical e proposital com as condições preexistentes – precárias, pobres, atrasadas, rurais –, pois busca-se "uma cidade como nenhuma outra", um "redescobrimento", como escreveu

Lúcio Costa, arquiteto responsável pelo projeto do Plano.

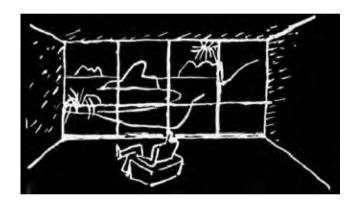
Em seu livro *Porque construí Brasília*, JK dedica-se longamente a contar a história do surgimento da Cidade Livre, um aglomerado não planejado de 25 mil pessoas que, localizado ao lado do que se tornaria o Plano-Piloto, explicita um processo paradoxal provocado por um modelo de modernização instantânea, em que o novo, para se realizar plena e radicalmente, necessita de estruturas absolutamente arcaicas para sua sustentação.

A história da Cidade Livre, posteriormente Núcleo Bandeirante, revela de

maneira contundente os paradoxos do avanço pretendido, presentes no próprio discurso de Juscelino, que, a contragosto, cede finalmente à urgência de todo tipo de infraestrutura e, sem comprometer o Plano ainda imaculado, proclama aos candangos: "Está bem, pessoal. Que cada um faça sua casa, mas nada de invadir o Plano-Piloto".

No caso de Brasília e do Brasil, interessa pensar duas importâncias básicas desse projeto de mudança do centro de gravidade do país: Brasília como "mito de fundação", origem do Brasil moderno e ainda síntese de toda a modernidade pretendida;

→ Desenho de Le Corbusier quando da viagem ao Rio de Janeiro em 1929



Brasília como empreendimento colossal de "design do território", na tentativa mais ambiciosa e efetivamente concreta de fabricar a paisagem brasileira. Ou seja, Brasília, para além do próprio Plano, é um projeto-piloto de colonização do território nacional e de transformação estética do país: a invenção da moderna paisagem brasileira.

Uma paisagem radical que, apesar de sua genealogia eurocêntrica, paradoxalmente, só poderia mesmo ser realizada no "novo mundo", onde ainda predominam a fé irrestrita na *tabula rasa* como procedimento de purificação e a crença na devoração ritualística da natureza.

O paradoxo encarnado por Brasília ocorre na medida em que a invenção dessa paisagem moderna brasileira está atrelada à condenação de grande parte da população a viver em condições pré-paisagísticas e ao fato de que sua existência depende de situações sociais, culturais e urbanas pré modernas.

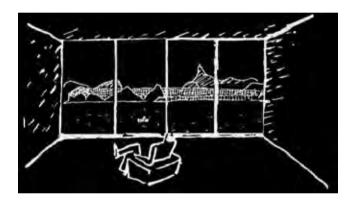
Cinquenta anos após sua construção, Brasília continua a ser o modelo para o "desenvolvimentismo" atual por ser capaz de transformar: o mito do progresso num ritual fundador; o caráter autoritário e higienista do urbanismo moderno em paradigma para a engenharia-política vigente e a sua violência intrínseca no *modus operandi* típico e orgulhosamente nacional.

Antes de Brasília, o Brasil era um país pré-paisagem, uma terra de naturezas indômitas. Distante da cultura paisagística ocidental e de demais formas de elaboração estética da natureza, no Brasil, o que sempre houve foi violação sistemática, mercantil ou puramente utilitária do pedaço de país ao alcance de cada um. Um dos importantes registros pictóricos dessa pré paisagem brasileira é a "Derrubada da floresta", de Johann Moritz Rugendas (1802-58), pintor alemão e artista dissidente de uma das várias expedições europeias em

território brasileiro ao longo do século XIX, cuja ciência consistia basicamente no mapeamento detalhado dos recursos naturais locais e no desbravamento de novas oportunidades comerciais.

Mas se a floresta densa e emaranhada, o sertão ressequido e a monotonia monumental do cerrado sempre foram ecologias refratárias ao avanço do progresso e aos padrões estéticos positivistas, em breve, finalmente, serão completamente conquistados. Nas margens e nas bordas da urbanização incontrolada, barrancos, erosões, queimadas, voçorocas, pastos, grotas, descampados, lixões, estruturas inúteis, obras abandonadas, quase-arquiteturas, pessoas esquecidas; uma ecologia precária, parda e impura que desafia o "regime da paisagem ocidental" ao mesmo tempo que coexiste com as hiperpaisagens monoculturais, super-produtos dessa modernidade tupiniquim, longe de ser inacabada.

Montagens a partir de desenhos de Le Corbusier quando da viagem ao Rio de Janeiro em 1929: plano urbanístico para a cidade e favela vistos do interior de uma arquitetura tipicamente moderna





Mas, como Brasília demonstrou, toda ecologia pode e deve, segundo métodos de projeto e gestão eficientes e abstratos, ser disciplinada até se tornar paisagem. E à medida que a periferia, a "fronteira" (agrícola e urbana), a natureza original, o pantanal, o cerrado e a floresta cedem lugar à geometria pixelada e desbotada da monocultura, aquele país rural e arcaico se transforma rapidamente num conjunto de hiperpaisagens sobrenaturais (porque antinaturais) recheado de contradições, palimpsesto de centralidades e periferias – ou aquilo que ainda achamos ser as periferias e os centros.

Nessa lógica, a monocultura é, acima de tudo, a estetização implacável da natureza e o objetivo final de toda paisagem: subjugar a natureza aos desígnios utilitários e inevitavelmente estéticos do homem, ou seja, redesenhar o mundo; é a supremacia extensiva do produtivismo sem fronteiras.

Se a invenção da janela concebe a paisagem ocidental, moldura que enquadra o exterior e o ordena segundo as leis geométricas da perspectiva, a paisagem moderna é a radicalização desse processo histórico pelo estilhaçamento da própria janela e pela simultaneidade e interdependência funcional entre o projeto do interior arquitetônico e da paisagem, extensão visual e "fundo" pictórico necessário à "unidade do conjunto".

Mas a paisagem brasileira inventada com Brasília é a hiperpaisagem da janela expandida, eletrônica, militar e orbital. É pós-representacional, porque parece impossível abarcar a totalidade pela visão natural e pelos enquadramentos tradicionais dos dispositivos óticos e arquitetônicos.

Nesse sentido, a hiperpaisagem brasileira inviabiliza o olhar térreo, o enquadramento horizontal, é "melhor visualizada em vários milhões de pixels" a quilômetros de altura pelo olhar ubíquo dos satélites. A metáfora do avião (e do Plano Piloto) tornou-se rapidamente obsoleta. Talvez a melhor janela para essas hiperpaisagens seja o *Google Earth*, dispositivo que permite a contemplação remota da totalidade do "sistema paisagístico", mas também sua instrumentalização, colonização, esquadrinhamento, parametrização, quantificação, valoração e exploração.

Aqui temos a essência e o destino de toda paisagem brasileira: a monocultura. Homogênea, monótona, estéril e terrível, mas quando vista do alto, dos gabinetes acondicionados do Planalto Central e dos helicópteros dos *agroboys*, apresenta-se como a mais perfeita celebração de um país em *loop*: Progresso em Progresso.

# **NÃO DEMOLIR NUNCA**

# Anne Lacaton, Frédéric Duot e Jean-Philippe Vassal











Arquitetos e autores de PLUS: Habitação coletiva, Territórios de exceção, uma estratégia para a regeneração dos conjuntos habitacionais na França (Gustavo Gili, 2007).

www.lacatonvassal.com

Na França, um importante programa público foi implementado com o objetivo de se excluírem os conjuntos habitacionais verticais construídos nas décadas de 1960 e 70. O programa baseava-se na demolição e na reconstrução dos mesmos, expressando um forte desejo de transformação da imagem da cidade.

Mediante o grande déficit na habitação popular que podemos observar, a demolição poderia sugerir um aumento e uma aceleração no que diz respeito à construção de novas unidades. Apesar disso, consideramos a demolição uma aberração, já que a transformação dos edifícios existentes seria uma outra solução para essas demandas, mais econômica e eficiente, além de ter maior qualidade espacial.

Embora os conjuntos habitacionais verticais apresentem hoje, mais do que nunca, condições de habitabilidade insatisfatórias e inadequadas, estamos convencidos de que há ainda um potencial associado a eles. As características estruturais, geográficas e espaciais desses grandes edifí-

cios é um ponto de partida valioso para que as condições de habitação existentes sejam melhoradas radicalmente.

Oferecer apartamentos com o dobro da área útil, banhados por luz natural; oferecer tipologias diversificadas e singulares, serviços e instalações coletivas; considerar a qualidade dos espaços interiores e das áreas comuns como prioridade para uma melhor condição urbana: esses são objetivos prementes nos dias de hoje.

Não demolir nunca, não subtrair e nem substituir, mas sempre acrescentar,

 Transformação de habitações convencionais em espaços luxuosos: simples, com menos obstáculos e luz natural abundante.









transformar e utilizar. Essa é uma proposta cujo objetivo é a precisão, a delicadeza, a amabilidade, estar e ser atento: atento às pessoas, às maneiras de usar, às construções, às árvores, ao terreno e a todas as preeexistências. Provocar um incômodo mínimo ou não incomodar em absoluto. Trata-se de ser generoso, de dar mais, de incrementar os usos e de facilitar a vida cotidiana.

A forma de inteligência que atua "a partir de algo" é muito mais enriquecedora do que a *tabula rasa*, do que (re) começar do nada. A transformação permite lançar um novo olhar, livre de ideias pré-concebidas. É necessário mostrar que o ato da transformação implica que certas estruturas permaneçam, que sua vida seja prolongada permitindo novos modos de uso.

Ma casa ótima é uma casa luxuosa. O luxo é um termo que surpreende quando se trata de habitação popular, mas, não obstante, o "luxo" é uma noção menos ambígua do que "qualidade".

Aquela noção é imprescindível porque não deixa dúvidas quanto à intenção de quem a emprega. Enquanto a "qualidade", perpetuamente normatizada e parametrizada, acabou por converter-se numa ferramenta da lógica econômica e administrativa que vale para tudo, o luxo ainda está por ser criado, é a expressão de uma generosidade dos espaços a serem construídos: abundantes em luz natural, confortáveis em sua simplicidade e fluidos no limite entre interior e exterior.

# NÃO FAZER NADA, COM URGÊNCIA

Ion Cuervas-Mons Morató

Arquiteto, professor e pesquisador de tecnologia, arquitetura e participação. Faz parte do estúdio Ecosistema Urbano e dirige a agência colaborativa thinkbig lab em Madri.

www.ecosistemaurbano.org

www.thinkbig-lab.com

Há algumas semanas, enfrentei a tarefa, assumida por mim num momento de fraqueza, de escrever um texto sobre cidade e arquitetura. Mas um pensamento rondava constantemente a minha cabeça: eu preferia não fazê-lo. Como parecia não haver outra opção, decidi escrever sobre os dois projetos que mais bem ilustram a atitude de não fazer e que mais influenciaram – exatamente por isso – a decisão de não fazer arquitetura.

Uma surpreendente coincidência me impulsionou a escrever o texto com mais afinco ainda. No momento, estou em Manhattan, num hotel situado entre a rua 29 e a Park Avenue, e me ocorre que o mestre do Não, o escritor Herman Melville, trabalhava três ruas abaixo, exatamente entre a rua 26 e a Park Avenue. Pelo que pude investigar, esse foi o lugar do escritório no qual trabalhou entre 1866 e 1890, no mais puro estilo Bartleby, um de seus personagens.

Os projetos ou atitudes que descreverei a seguir pretendem ser o começo de uma lista sobre o labirinto do Não, tendência muito instigante da arquitetura contemporânea que indica o único caminho para a autêntica criação arquitetôni-

ca. Ao questionar "o que é a arquitetura" e "onde ela está", essa tendência me interessa por sublinhar a impossibilidade, que aponta para o prognóstico grave – mas bastante estimulante – da arquitetura no início deste milênio.

Começarei com a frase de Jaime Lerner que dá título a este ensaio, escrita no livro *Acupuntura urbana* (2005) e proferida logo depois de ser nomeado prefeito de Curitiba:

"Em meu primeiro mandato como prefeito de Curitiba, uma das primeiras decisões que tive que tomar foi quando recebi uma solicitação de uma associação de moradores que me pediam algo muito estranho: que a Prefeitura não fizesse nada naquele bairro. Pedi que o secretário de obras verificasse a situação. Descobrimos que a petição, apesar de insólita, tinha uma origem lógica. A Prefeitura estava realizando obras naquela zona, e a preocupação dos moradores era de que as máquinas acabassem soterrando um pequeno manancial. Meu gabinete foi lacônico mas decisivo: Não fazer nada, com urgência."

### Praça Léon Aucoc, Bordeaux

Em 1996, Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal foram contratados para contribuírem num plano da Prefeitura de Bordeaux em prol do embelezamento de várias praças da cidade. A praça a eles destinada era triangular, com árvores no seu perímetro, bancos e uma zona reservada para se jogar peteca. Eles visitaram várias vezes a praça e conversaram com os moradores do bairro: "Quando visitamos o lugar pela primeira vez, nos demos conta de que a praça já tinha beleza. Era autêntica e não necessitava de sofisticação supérflua."

Com essa constatação, indagaram que significado poderia ter a palavra *embelezar* nesse contexto: trocar o piso, colocar umas luminárias mais modernas, desenhar um mobiliário mais atual? E a conclusão foi de que não havia razão para nada disso, uma vez que a qualidade e o encanto da vida existente ali faziam com que a praça já fosse bela.

A realização do projeto limitou-se a obras de manutenção simples e imediata: reposição de cascalho do chão, planejamento da limpeza periódica, poda das tílias e leve modificação de algumas das circulações, decisões que salientam o valor e a capacidade de abstenção na prática arquitetônica.













### La Petatera de Colima

"[...] O homem que não é criativo pode se atribuir uma força superior à do homem criativo, uma vez que este apenas possui o poder de criar enquanto que o outro, além de possuir o mesmo poder, possui também o poder de renunciar a criar." (Clément Rosset, 1995)

Na Vila de Álvarez, Colima, todos os anos se constrói essa estrutura peculiar, feita de troncos de madeira, bastões, cordas e esteiras. Amarrados e entrelacados como uma cesta. É, em princípio, uma praça de touros que é erguida em homenagem a São Felipe de Jesus, patrono e protetor da cidade contra os tremores, mas seu uso não se limita às touradas e corridas de novilhos. É um espaço polivalente para a celebração e a comemoração; para que o bispo celebre a missa em honra do santo; para receber as cavalgadas e as folias que saem da praça principal nesses dias; para que ali se ofereçam el toro de once, as corridas bufas e os palhaços.

A praça divide-se em tablados, o módulo estrutural e o construtivo, e todos são propriedade particular. Consistem em colunas de madeira, soleiras, tábuas finas e esteiras e, quando desmontados,

cada família responsabiliza-se por guardar e conservar os tablados, o que converte a comunidade em parte essencial do projeto. As esteiras – *petates* em espanhol –, que dão nome à obra, funcionam como a vedação, a pele que envolve toda a estrutura. Vão mudando de lugar com o passar dos anos, das sombras aos assentos e às portas, até que, no final, são usadas como tapete na área dos palcos.

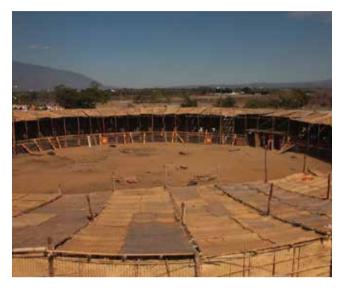
Todos os anos, quando a praça é desmontada, marca-se o centro com um sinal. E para que ele resista à chuva e não seja deslocado de lugar, marca-se o lugar com azeite e enterra-se um tubo de plástico exatamente abaixo da marca. A partir desse ponto, inicia-se o projeto para a escavação nas valas nas quais serão fixadas as colunas de madeira: a base estrutural e o princípio do processo construtivo. As equipes de trabalho, assim como as ferramentas, são mínimas, e, ao final de três semanas, o trabalho está concluído. O processo é acompanhado por um mestre de obras responsável por verificar o material, fazer os tracados e coordenar os trabalhos dos tablados.

Em 1999, Carlos Mijares, arquiteto mexicano e professor da UNAM, foi chamado para fazer um projeto numa pequena cidade situada ao sudoeste do México. O prefeito sonhava na conversão do povoado num lugar de referência para o turismo cultural. A sua grande aposta era transformar a praça de touros, uma estrutura temporária remontada todos os anos, numa praça permanente, com desenho moderno e inovador e, sem dúvida, de concreto armado.

Carlos Mijares viajou à cidade e visitou o terreno quando a praça de touros estava construída. Ficou surpreendido e maravilhado ao perceber o processo participativo de sua construção, o resultado formal e a sua relação com o entorno. Decidiu que não iria realizar um projeto arquitetônico, mas, em vez disso, faria um livro sobre La Petatera. Um livro responsável por converter a praça de touros, que era remontada todo ano naquela cidade, em *La Petatera*, transformando, assim, algo que já existia naquilo que o prefeito havia sonhado.















→ neste ensaio (e na pág. 43): Fotografias de La Petatera, realizadas por Desiderio Calvario Miramontes desde 2007.



# INSTANTE EM QUE O PRESENTE TOMBA A HISTÓRIA

Cacá Fonseca

Bicicleteira-urbanista e designer, atenta às micropolíticas do cotidiano da cidade de Salvador, onde mora há 4 anos. Atua como editora geral da revista eletrônica Redobra, como professora e como pesquisadora do laboratório citado

-E que interesse teria eu naquilo?

Estar ali no meio da multidão poderia apagar o meu próprio questionamento sobre o assunto mais polêmico dos últimos tempos na cidade de Salvador: unir uma informe multidão de espectadores para assistir ao evento da demolição do estádio de futebol "Fonte Nova". Mas era imperdível, queria ver, ouvir, pois estava cheia de dúvidas sobre tudo que emergia e implodia em torno da manhã de 29 de agosto de 2010 em Salvador.

- Sai daí, vai, você está na minha frente! - grita, alterada, uma mulher de 40 anos toda adesivada com números eleitorais - Eu vou subir aqui! - apontando para a grade que a separava da área do camarote vip, preparado especialmente para o espetáculo da demolição.

Ela queria ver aquilo que já havia acontecido virtualmente nos canais de simulação da internet veiculados pelo jornal "A tarde", principal mídia impressa de Salvador. Etapa por etapa, pilar por pilar já haviam caído num replay insistente e publicitário como mais um lance de futebol daquela arena. Repetição simulada do que ainda não foi, mas já se faz como realização e acontecimento programado, em que o instante da destruição simulada e da construção imediata da nova arena

do estádio sequer pareciam separados. Era um *continuum* vertiginoso, entre o que foi e o que será.

E estávamos ali no instante, durante o passado e o presente, num intervalo entre o ícone moderno e fantasmagórico e o vazio empilhado de entulho. Separavam-se definitivamente passado e futuro numa coexistência intrigante, duas existências instantaneamente simuladas no vídeo "informativo". Inquietantes pela visada contínua e esvaziadoras da nossa capacidade de elaborar algo sobre um tempo tão encarnado em nosso presente e tão instantâneo em nosso passado.

A produção moderna da arquitetura em edifícios e cidades foi (e ainda é, em eventos que atualizam o ímpeto moderno) hegemonicamente orientada pela égide do progresso, que tem na construção do novo uma totalidade utopista. No final do século XIX e ao longo do século XX, a destruição planejada mobilizou avassaladores processos de modernização das cidades sob a insígnia da renovação para a constituição de valores universais – uma concepção formal para os ideais sociais progressistas.

Incidências singulares desses processos desenrolaram-se em Paris, Rio de Janeiro, Salvador, onde movimentos operados por regimes de apagamento e de visibilidade engendraram linhas de forças. Essas linhas são substratos intensivos de realizações históricas derivadas numa constituinte formal, a própria construção da materialidade urbana moderna. E, entre os ícones de tais processos, figura a Fonte Nova, cuja própria denominação anuncia a renovação e a tábula rasa a ela subjacente.

Seria mesmo a Fonte Nova ali na minha frente ou só um fantasma de tais substratos? Ela mesma, motivo de toda aquela multidão, emanava uma possível irrealidade, própria a uma existência que ainda não desapareceu, mas cujo sentido parece vagar pela incerteza de sua persistência no tempo e no espaço. Observava, na iminência entre um passado contundente e um futuro apoteótico na Copa de 2014, aquela materialidade urbana, intensiva em tempo e vida, meticulosamente preparada para ser demolida em dezessete segundos.

A Fonte Nova e tudo aquilo do seu entorno pairavam sobre um domingo fantasmático. As lajes apinhadas de gente protegidas do sol escaldante pelos sombreiros de praia pareciam um camarote improvisado separado categoricamente do camarote oficial. Sucessivas CAMADAS da segregação de sentidos: uma rua, uma grade, um grupo de seguranças, uma produtora de rádio de controle em punho, um tapume e



finalmente um toldo. Camarote-laje sobre encosta e camarote-tela plana, dois níveis sucessivos de "camaroteamento", um duplo das inúmeras ações de loteamento na cidade de Salvador.

Inúmeras CAMADAS encobriam de prestígio um lugar naquele sol plasmado em novas fontes — jornalísticas, históricas, afetivas. À sombra, naquela implosão astronômica de energia e tempo, impunham-se à cidade pobres e ricos testemunhos de um átimo da explosão do tempo na história e da história no tempo. Sucessivos espantos e mais um: avistei, do outro lado da grade, aquela que dividia os dois camarotes, adentrando algumas camadas de segregação, o secretário de cultura do Estado da Bahia, todo de branco, com a prestigiosa pulseira vermelha dos camarotes da demolição em punho.

A demolição simulada ocorria diante dos meus olhos na tela plana do camarote vip, policiado por produtora, seguranças e *laptops*, que conseguiam ver pelas frestas do tapume de separação. Um espetáculo midiático e urbano sob os domínios da fraude do tempo plano, o tempo real das transmissões ao vivo.

- Aquele era o tempo real?

Plano de demolição, plano de construção, plano de revitalização. Planos secretos, políticas em plano, estampados em adesivos e coladas às camisas de toda ordem – ano de eleição, multidão em foco e obviamente apinhamento também de números, planos e políticas eleitorais convertidos em adesivos anunciando o novo estádio de futebol. Uma nova arena para o show do futebol, evento central no espetáculo contemporâneo, em que a cultura assume a centralidade da cognição superfaturada do capitalismo.

 O que será que o secretário de cultura está fazendo ali nos camarotes da demolição?

Uma aparição messiânica das insígnias do tombamento do tempo – agora literalmente, tombar no espaço um tempo, mas sem inventariar passados, pois é no durante que ele, o secretário, legitimava em alguma medida tal ocorrência.

Uma amiga, sempre em dúvida sobre a vida, meio afeita à filosofia das subjetividades urbanas, insistia:

Porque é que a gente quer ver isso? Porque a gente está aqui? – sentindo o sol queimar nossas testas.

Ocupávamos uma daquelas camadas da segregação, estávamos na rua, entre o camarote-laje e o camarote-plano. No nosso lugar não havia os toldos tensionados e perfeitamente instalados do camarote-tela plana nem tampouco os sombreiros de

praia instalados nas lajes das casas amontoadas sobre as ladeiras e a encosta. Sombreiros, cadeiras de plástico e de praia, cerveja em lata no isopor, bandeirolas eleitorais, celular e máquina fotográfica em punho erguiam-se num outro nível de camarote, o camarote-laje. Num domingo, em que esses lugares do camarote-laje se revalorizaram no mercado imobiliário altamente inflacionado pelos enquadramentos da paisagem. A partir da vista de maior disponibilidade, a objetiva fotográfica registrava e supervalorizava, em frações de minutos, os espaços opacos, desprezados durante todo o restante do tempo na cidade.

Talvez seja o metro quadrado mais caro do mundo na relação espaço-tempo, um recorde: durante dezessete segundos de uma manhã de domingo vale R\$10.000,00. O preço do ineditismo, da melhor transmissão, do efêmero eternizado que passa a configurar um segundo histórico na vida de uma cidade, de um governo, de alguns engenheiros, das pessoas que vivem naquelas casas encostadas à Fonte Nova. Espaço-tempo ínfimo, hiperinflacionado pelo discurso da modernização, em confronto com a produção da memória.

Algumas presenças como secretário, mídia, seguranças e a minha própria tornavam a atmosfera suspeita. Um tempo que, apesar de demorar segundos, seria estendido por anos como data histórica das demarcações cívicas.

- Tem um certo civismo, me lembra um pouco 7 de setembro. 29 de agosto, vai virar feriado municipal, motivo de piada, axé.
- Quebra-quebra, é explosivo, leva o maior jeito de refrão de música de carnaval da Bahia.

Talvez haja oposição ao axé por uma vertente dessa multidão. Saudosistas respeitosos investidos de um civismo tradicionalista, apaixonados pelo futebol esporte clube, memorialistas que choram abraçados às bandeiras com um ar comovente, melancólico e empoeirado, como o horizonte após a demolição. O choro do desaparecimento de um espaço do acúmulo coletivo de um sentir pelo futebol. Comoção efusiva hasteada em bandeiras patrióticas, simbólicas e representativas desse sentir coletivo.

### 

Vaiaram os espremidos pelos dois camarotes, ali onde me encontrava, quando alguns ilustres do camarote-plano, insatisfeitos com sua perspectiva — ainda que reduto do privilégio segregado —, resolveram subir em bancos e bloquear a nossa transmissão com seus próprios corpos. Alicerçados pelo efeito de distinção, seus corpos "camaroteados" escamoteavam em tempo real o espaço em vias de desaparecer. Inaceitável.

### 

Um coro insistia, mas lá do outro lado, de dentro, separados por tantas camadas, os ilustres eram surdos aos barulhos da rua. A transmissão ao vivo – "plana" e em cercas – impede as demais transmissões de sentido. Afirmam-se as hegemonias no embate dos segundos da demolição e da produção simultânea das memórias.

Transmissão ao vivo num impasse entre o camarote- laje- sombreiro- cerveja em lata- apinhamento e o camarote tela planagarçon- pulseira verde, vermelha e azul. No exato espaço entre os dois camarotes, no limite do chão, entre a encosta e a grade, o embate de corpos e visões transmitido em descompassos espaço-temporais. Os que subiam portavam os capacetes e a indumentária dos engenheiros da demolição. Ali, compartilhando o mesmo espaço do secretário da cultura, entre os corpos "camaroteados", também subiam nos encalços da cidade-patrimônio cultural para alavancarem as possíveis valorizações da cidade-sede da abertura dos jogos da Copa 2014.

A transmissão ao vivo, a cores e em tempo real do evento da demolição: não se tratava de privilégio (ou não deveria se tratar). Mas, nas articulações das hegemonias, os interesses especulativos de uma mídia capital ativam na cidade, com incansável esforço, certos mecanismos de separação, distinção, privilégios e exclusividade para

que lugar e tempo sejam hipervalorizados instantaneamente. Esses processos de segregação espacial derivam das inúmeras formas de intervenção na cidade. A demolição da Fonte Nova foi um evento transmitido inúmeras vezes pela mídia local, em telejornais e em sites de jornais locais. A demolição foi simulada incontáveis vezes por esses veículos, num processo frenético de cobertura do episódio simulado, mas ainda não ocorrido. A cidade, vista como condição de existência e prática das relações de forças, operacionaliza a criação e destruição, no sentido ontológico de fazer aparecer (emergência) e desaparecer. As práticas dos espaços configuram atribuições de valor e de sentido, em suas decorrências culturais, sociais e políticas. Os significados praticados como ação e discurso sobre a cidade poderiam ter contribuído para a permanência da Fonte Nova com suas causas diversas, já hegemônicas na produção da memória cultural, tais como patrimônio, tombamento e preservação.

Entretanto, no embate das visibilidades urbanas, as ideias de modernização e de progresso, sonâmbulas guardiãs de uma história – tão monumental e patrimonialista como essas ideias –, refizeram os valores atribuídos à velha Fonte Nova. Alternam-se os valores no mercado, em que a preservação e a modernização desfazem possíveis antagonismos para converterem-se em estratégias compartilhadas da acumulação

de capital. São expressões do jogo preservação-modernização, alastradas em diversas apropriações, que a todo tempo restituem possibilidades, vivência social, cotidiano e forças. A vaia, o grito, o choro, o calor realizam no campo da sensação aquilo que processado individualmente figura a emoção, a ontologia do sentir em relação a algo na sua partilha coletiva.

		$_zzzz$
zzzzzzzzzzz		
~~~~~~	~~~~~	

Silêncio estrondoso na multidão, a fixidez dos olhares direcionados para os primeiros estouros. O tremor reverberava do desmoronamento desenfreado daquele bloco gigante de acumulações de valores atribuídos e sentidos. O tremor atravessava todas as camadas da segregação num arrombo assustador e fazia vibrar o chão. Os pés, atravessados indistintamente nas camadas laje, chão e plano, repercutiam a sensação no corpo daquilo que foi impossível olhar. Uma nuvem de fumaça subiu feito névoa, a poeira fez do instante da demolição um espetáculo ofuscado para a transmissão ao vivo.

Camarote-laje, camarote-plano: agora, o espaço entre eles compartilhava uma mesma perspectiva, ao vivo, mas sem cores. O branco acinzentado da poeira embaçou a nitidez da imagem e, aos mais ávidos pela imagem da demolição, restava voltarem-se para as telas-planas, aquelas

onde esse episódio já perdera inclusive a graça do ineditismo e convertera-se numa repetição desprovida da possibilidade de afetar, de fazer, da sensação do arrombo, a vibração imponderável do corpo. A mídia insistente, divulgadora da sentença fatídica da demolição programada, parecia um *looping* assolador do instante de realidade encarnado no presente. Um rapaz envolvido numa bandeira do Bahia chorava durante a queda.

– pla...plaplaplaplaa.... zzzzzzzzzzzzz

Não se firmaram os aplausos. Alguns grupos esboçaram uma reação festiva, mas não ouve ressonância diante do estrondo. A demolição tem uma potência assoladora, frustrando a sensação festiva mobilizadora das palmas. A derrocada de tamanho bloco de sentidos em fugazes dezessete segundos expõe as relações espaço-tempo e criação-destruição a um tipo de constrangimento. A contagem era regressiva como numa virada de *réveillon*, mas o tempo em reverso 10-9-8-7... não correspondia com a síntese de passado-presente concentrada naqueles segundos.

\_\_\_\_ pla pla pla <?> UUUUUUUUUUUU \_ plapla pal – 6, 5, 4 ...

Não houve a disrupção efetiva do acontecimento, os pilares caíram antes, ínfimos instantes. A contagem imprópria dos cronômetros afinados com fogos de artifício marcou uma defasagem entre tempo real, experiência vivida e espetá-

culo midiático. Ainda nem havia chegado o zero e a nuvem branca já pairava fazendo a imagem-tempo congelar num fundo branco, num descompasso imperceptível para o arrombo. A insistência sobre o tempo ínfimo é só uma alegoria para pensar a passagem fraudulenta de uma história tombada ali diante de nós em pó branco.

O placar de outra contagem regressiva acendeu ainda sob a atmosfera branca da imagem-tempo congelada. Era ilegível naquele instante, mas perduraria na paisagem da demolição com a intenção de neutralizar a ruptura inerente às passagens entre preservação e modernização e de dissimular a construção histórica num continuum ficcional entre passado, presente e futuro. Digressões do tempo a fim de se instalar a expectativa modernizante numa Salvador patrimonializada. Na sucessão de duas contagens regressivas, os dezessete segundos cabais da demolição parecem uma fração inexpressiva nos 1.376 dias que anunciam a data do grande espetáculo urbano, global e midiático, o início da Copa do Mundo em 2014. 🜉

# À SOMBRA DO FUTURO

# Luiza Proença, Roberto Winter e Deyson Gilbert

Artistas e curadores da exposição À sombra do futuro, realizada em São Paulo em 2010.



















Parte integrante da pesquisa documental da exposição "À sombra do futuro" realizada em São Paulo em 2010, essa coleção de vídeos resultou de uma pesquisa que tinha como principal intuito localizar na produção midiática paralelismos entre diferentes projetos e momentos históricos do país, reconhecendo neles estratégias semelhantes de construção e reordenação da imagem nacional.

Do arrojo dos futuros museus à euforia do petróleo no pré-sal, do otimismo econômico ao anseio pela Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, dos grandiosos projetos de infraestrutura à recente consagração internacional de artistas nacionais, é possível observar os modos pelos quais as representações desses acontecimentos recorrem a procedimentos como retificação simbólica e valorativa, formulação

de projetos, construção de identidade, especulação econômica, apropriação e rearticulação histórica, entre outros. Assim, os vídeos, em conjunto, suscitam uma reflexão a respeito do modo como especulações, projetos e expectativas em âmbitos econômicos, políticos, sociais ou culturais atuam influentemente tanto sobre as compreensões do futuro quanto as do presente e do passado.

# **VENDEDORES AMBULANTES**

Publicado no Correio da Manhã em 20 de janeiro de 1960.

Vendedores ambulantes: uma tradição que desaparece da Cidade Maravilhosa. Substituídos pelos sofisticados camelôs, os vendedores ambulantes, toda uma gama de tipos populares, estão cada dia se afastando mais do centro da cidade, expulsos pelo progresso. Nos subúrbios, e mesmo em alguns bairros, esses vendedores ainda nos fazem recordar, com seus pregões, o nosso tempo de calças curtas.

Vassoureiro, garrafeiro, sorveteiro, funileiro, o homem do periquito e tantos outros faziam e ainda fazem de sua profissão a alegria de muita gente. Os seus pregões, suas melodias de vendas, eram e são tão simples como eles, mas seu efeito publicitário persiste por muito: quem não sente desejo de comprar sorvete ao ouvir um dos remanescentes sorveteiros a anunciar em versos de pé quebrado o "geladinho" de coco e de abacaxi?

Até o final da segunda guerra, os vendedores ambulantes dominavam a Cidade Maravilhosa. Era o homem que comprava garrafas e jornais, o que vendia vassouras, o que consertava panelas, o que, com o seu periquito verde, vendia a sorte para as mocinhas desejosas de encontrar príncipes encantados. Havia sempre quem fosse à sua porta para vender ou comprar alguma coisa. Mas os tempos passaram-se. O progresso caminhou mais rápido que a tradição e foi aos poucos expulsando esses tipos. Muitos se retiraram para os bairros e subúrbios mais longínquos, onde até hoje se podem ouvir os seus pregões; outros preferiram se estabelecer.

### **Nacionalidades**

A nacionalidade também influi na especialidade. Peixeiro, por exemplo, só italiano; garrafeiro só português; sorveteiro, um nacional, um baiano que saiba preparar bem um sorvete de coco. É interessante observar como ainda hoje se mantêm certas tradições de nacionalidades entre os vendedores ambulantes. O amolador de facas, que empurra o cavalete com a pedra de amolar, é sempre um italiano; o jornaleiro também. Os portugueses preferem atividades como vender frutas e legumes, gelo, flores e plantas.

Os judeus dão preferência ao comércio de venda e compra de roupas. Quem ainda não ouviu o clássico pregão do homem que compra tudo? Esse ramo pertence, sem dúvida alguma, aos judeus. E ninguém tenta roubar-lhes o campo. Mesmo porque não se saberia a difícil arte de comprar sapatos velhos para depois vendê-los. Mas ninguém que não fosse brasileiro teria a ousadia de vender quitutes baianos, sorvetes ou amendoim torrado. Portanto, na questão de comércio ambulante não há perigo de concorrência. Há lugar para todos, desde que o "rapa" permita.

### **Pregões**

Os pregões dos vendedores ambulantes são outra faceta da tradição. Mesmo sem conhecer o português, muitos foram vendedores ambulantes que nos legaram belíssimos pregões que fariam inveja a muitos criadores de jingles. Quem não se lembra dos vendedores de laranjas, quando se vendia a fruta ao cento por cinco ou dez mil réis? O caminhão, transbordando de laranjas, parava numa esquina. O vendedor, em plenos pulmões, anunciava a sua presença: "Olha a laranja, dona Teresa, traga a sacola, pois vou embora". Na verdade, não havia rima, entretanto, o vendedor sabia dar ritmo, sabia musicar os seus jingles.

### Nas músicas de Carnaval

Os vendedores ambulantes também já serviram de tema a muitas músicas de Carnaval. Por volta de 1937 ou 1938, Dircinha Batista gravou uma marchinha que foi grande sucesso: "O periquitinho verde". Não há dúvida de que era uma homenagem ao homem do realejo que, depois de tocar alguma música velha, abria a gaiola do periquito (algumas vezes papagaio), sob a qual havia uma gaveta com papéis dobrados. Em troca de um pagamento, o homem do realejo batia com o dedo na cabeça do pássaro e esse, mais do que rápido, tirava a sorte. Era o homem que vendia um pouco de sonho. Hoje ainda existem alguns, espalhados pelo grande Rio de Janeiro.

### O progresso

Mas o progresso é, realmente, o grande inimigo dos vendedores ambulantes, pior ainda do que a fiscalização (o rapa). O geleiro, por exemplo, que antes passeava pela cidade com a sua bicicleta, já não tem muito o que fazer — as geladeiras elétricas estão lhe tirando o pão de cada dia. Os sorveteiros não podem concorrer com os da carrocinha. A matéria plástica suplantou o artesanato de flores de papel crepom e os vendedores não encontram mais com facilidade compradores para as suas mercadorias. E assim, aos poucos, vão cedendo o seu lugar. Mas, para quem os ouviu e viu, ficou a grata lembrança de seu tipo, de seu pregão.

O Correio da Manhã foi criado no Rio de Janeiro em 1901 e publicado até 1974. Desde 2010, podese consultar uma coleção de originais do jornal no Arquivo Público de São Paulo.

## ATLAS AMBULANTE

# Osmar Fernandes, Antônio Lamas e Robson de Souza

Osmar, Antônio e Robson são trabalhadores ambulantes em Belo Horizonte. Estes depoimentos fazem parte do livro Atlas Ambulante (ICC, 2011). www.cidadescriativas.org.br



Meu nome é Osmar. Sou amolador de facas. Trabalho em Belo Horizonte há cerca de 17 anos. Vim de São Paulo, onde já fazia esse trabalho desde 1979. Conheci Belo Horizonte e descobri que aqui não tinha amoladores de rua. Então resolvi me mudar, fiquei um tempo e depois trouxe a família. Quando não amolo as facas, as tesouras e os alicates, amolo pelo menos os moradores, gritando que sou o amolador!

Aprendi essa profissão em São Paulo. É chamada de amolador de facas aqui. Em São Paulo é afiador e os espanhóis chamam de cuteleiro. Um senhor espanhol que veio da Galícia para o Brasil me ensinou. Ele era meu vizinho. Quando eu era menino, saía com ele, batia palma nas casas e perguntava se queriam o serviço. Até que, um dia, ele me disse que poderia fazer um carrinho para eu trabalhar também, como ele.

O meu carrinho é a minha empresa. Ele é todo de madeira bem antiga, com uma roda que é o aro e o pneu e com um pedal. Tem também um paninho que uso sempre para testar tesoura. Procuro colocar tecido fino, seda ou viscose. Gosto de tecidos coloridos para ficar mais bonito e uso até cortá-lo completamente. É um carrinho que, enquanto estou amolando, ele está parado. Acabei o serviço, eu viro e saio andando com ele. Ando, paro um pouco, grito, ando mais um pouco. En-

quanto estou andando, não estou ganhando... Só ganho parado.

Ando uma média de 7 a 8 horas por dia. Trabalho durante o dia e tenho alguns lugares onde eu guardo o carrinho à noite. Geralmente é uma oficina mecânica, um estacionamento ou mesmo residências onde as pessoas já me conhecem há muito tempo. No Bairro Santo Agostinho, inclusive, tem a residência de uma senhora amiga que vou perder porque a casa dela foi vendida e será demolida, vai dar lugar a um prédio.

No meu itinerário, procuro passar em todas as ruas do bairro. Mas quanto mais prédio houver, maior a minha chance. Porque para percorrer 500 clientes num bairro de casas, tenho que andar 5-6 quarteirões. Já num local de prédio tem 500 moradores numa única quadra.

Aparece muito serviço para fazer em facas e tesouras antigas, tesouras forjadas mesmo. Vem uma senhora de idade e fala que a tesoura era da mãe ou da avó dela, e logo dá para deduzir que a tesoura tem mais de 100 anos. Segunda-feira vem mais alicates e sábado vem mais facas, aquelas trazidas pelos homens barrigudos que fazem churrasco. E agora tem aqueles mais jovens que gostam de fazer sushi e trazem aquela faca que só tem um lado do fio. Olho logo: esse é magrinho, é comedor de sushi! "Fez um dentinho, dá para tirar?" Dá! Porque para

mim, quanto pior estiver, melhor é. Faca nova ninguém traz para amolar, gosto é de tesoura velha, faca velha. Mas quando é coisa de qualidade, até o foguinho que sai da tesoura tem mais intensidade, brilha mais.

O toque da gaita é o mesmo toque de todo lugar que tem amolador, em todos os países. Pessoas que vêm da Argentina, de Portugal ou de outros países já me falaram: "Estive lá e a gaita é essa mesma." Quando cheguei a Belo Horizonte, o pessoal não conhecia a gaita – eu já gritava, pois em São Paulo é tudo no grito, não é mesmo? Mas, quando cheguei, tocava a gaitinha e ninguém sabia o que era. Aí acrescentei o grito que fazia lá em São Paulo e deu certo, hoje o pessoal já me reconhece. Os meninos gritam como eu, fazem propaganda para mim! É o dia inteiro menino e peão de obra gritando como eu!

É um trabalho gratificante, que faz parte da história do Brasil. Os mais antigos lembram que, quando eram jovens, tinha sempre o amolador na rua, que passava gritando. Como é um trabalho antigo, ninguém acha que tem futuro. Já tentei ensinar o ofício a outras pessoas — como vizinhos, por exemplo —, mas eles tiveram vergonha. Para mim é um trabalho bom, mas acho que essa profissão vai acabar porque não tem pessoas interessadas em continuá-la.



eu nome é Antônio. Eu vendo biju ⊥há 19 anos, desde a última vez que voltei a trabalhar com isso. Quando eu tinha 18 anos, meu pai montou uma fábrica de biju. Eu e os meus irmãos vendíamos. Depois que meu pai faleceu, paramos com a fábrica e fomos trabalhar fichados. Depois voltei a vender biju em 1991. Se você fabricou o biju de manhã, sabe que à tarde está com o dinheiro na mão. Não sabe quanto, mas todo dia você tem algum. Se você tem disposição para trabalhar, você anda muito, mas compensa, é muito melhor do que trabalhar fichado. Somos cinco irmãos e um sobrinho que trabalhamos com o biju. Só meu sobrinho vende no sinal, os demais vendem andando na rua, como eu.

Andamos muito. Vamos supor: eu passei nessa rua aqui hoje. Às vezes eu nunca tinha passado nessa rua, mas, se hoje eu passo, eu vendo. A pessoa fala: "Moço, tem muito tempo que eu não compro biju, passe por aqui mais vezes". Aí, o que acontece? Se sei que ela já comprou, eu passo lá mais vezes. Vou escolhendo as ruas assim. Acontece também de eu passar em ruas que nunca passei e conhecer novos clientes. Passamos numa rua e vendemos para um cliente e, às vezes, outro cliente está a uns dois quarteirões à frente. Aí precisamos passar nele também para ver se ele quer. Pode acontecer de passarmos e ele não estar lá ou, às vezes, não querer comprar no dia, mas, naquela rota para chegar naquele cliente, costumamos vender para outras pessoas que estão de passagem. As vezes a pessoa passa perto de mim e fala: "Moço, há quanto tempo não vejo biju. Eu ainda era criança..." Aí eu falo o que os antigos me contam: que o biju existe em Belo Horizonte há cerca de 80 anos.

O biju é feito com farinha de trigo, açúcar e água, não tem mistério. Antigamente, o biju era feito no carvão, num fogão grande. A partir de 1991, começamos a fazer o biju no fogão a gás, regulando na pressão que queremos. Vendíamos biju na unidade em vez de no pacotinho fechado, só que tinha um problema: se fizesse frio, a gente fazia o biju de manhã e à tarde já podia jogá-lo fora se não vendesse, porque ele murchava. Hoje não, a gente põe no saguinho e fica fechadinho. E levamos os pacotes no tambor, porque o tambor vai guardá-lo para durar mais tempo. Hoje a gente faz o biju de manhã e pode vendê lo com 5, 6 dias que ele ainda está torradinho. Antigamente, o tambor tinha uma roletazinha na tampa, mas dessa época não me lembro. Falam que eram números de 1 a 10. A pessoa pagava na época certa quantia (o dinheiro era outro, não é mesmo?) e rodava a roleta. O tanto que saía era o tanto que levava.

Tenho dois tamanhos de tambor. Um tambor maior para vender biju nos sábados, domingos e feriados, porque cabe uma média de 93 pacotes. E um outro menor, que carrega 64 pacotes, para trabalhar durante a semana. O tambor é feito com um tabuleiro de alumínio para bolo que vira uma tampa e um tambor de papelão. Não pode ser um material pesado, pois, como andamos em média 30 km por dia, não tem como carregar um material pesado.

É importante você saber como carregar o biju, pois ele fica todo empilhadinho e é muito frágil. Até o jeito de colocar o tambor na calçada para atender o freguês é importante. Porque, se eu colocar o tambor virado para lá, ele vai tombar e quebrar. Sempre coloco o tambor inclinado um pouco para o meu lado e vou tirando sempre do lado de lá. A cor azul do tambor vem da tradição de quando meu pai tinha a fábrica, porém era um azul mais forte um pouco. Depois que eu e meus irmãos remontamos a fábrica, resolvemos usar esse azul mais claro.

O biju tradicional é vendido com a ajuda da matraca. Sem a matraca, eu não vendo nada, fico sendo um vendedor sem o equipamento completo! A gente passa na rua batendo e o pessoal às vezes está lá no andar de cima do prédio, escuta e já sabe que é o vendedor de biju. O algodão doce é a buzina e o biju é a matraca... Essa aqui deve ter uns 2 anos. Esse ferro tem 19 anos, desde quando eu recomecei. De tempo em tempo tem que trocar a madeira porque ela vai batendo e soltando lasca.

No começo, eu batia a matraca de outro jeito, mas, como estava cansando muito a mão, mudei o jeito de bater. O barulho também depende da madeira. Se ela for mais velha e ressecada, o barulho fica mais agudo. Se for uma madeira mais nobre e verde, o barulho fica mais fraco, abafado. Tem cliente que desce do prédio porque já me reconhece pelo barulho da matraca, pelo jeito particular de bater a matraca. Cada um dos meus irmãos bate a matraca de um jeito diferente.



Meu nome é Robson. Sou vendedor de pirulitos. Quando eu era pequeno, com 10 anos, não gostava de sair com os pirulitos para vender. Mas, um dia, cheguei na vitrine de uma padaria e vi tantas coisas para comer que resolvi ganhar o meu próprio dinheiro. Então fui no caminho da minha mãe. Ela fez uma tabuazinha para mim e saí vendendo pirulito e puxa-puxa. Os outros moleques ficavam caçoando de mim. Eu chegava em casa chorando e falando que não ia vender mais... Até que fui perdendo o medo e comecei a sair para vender pirulito no tabuleiro, descendo morro e subindo morro.

O tabuleiro é como coração de mãe: tem 100 buraquinhos, mas, se eu quiser colocar até 500 pirulitos em pé, amontoados, é possível. O cone é feito enrolando papelzinho por papelzinho, no dedo. A forma é o próprio papel, que é o papel manteiga. Depois de enrolar, é só despejar a calda um por um. Quando o líquido começa a ficar duro, eu coloco os palitinhos. Minha mãe me contava que, no seu tempo, ela usava folha de bananeira para fazer os cones. Enrolava a folha de bananeira, colocava a calda e o palito de bambu. Mas o mundo vai girando e a tradição das coisas vai se perdendo, o mundo vai ficando mais moderno. Então já não uso palito de bambu, e sim palitinho de plástico. Já a forma de chupeta é pronta, consegui comprar no Mercado Central, onde ainda se acham algumas peças antigas, apesar de estar tudo acabando hoje em dia.

Nos circos e nos parques de hoje, se chegar na porta para vender pirulito, não vão permitir. "Porque aqui já vende outras coisas, você vai atrapalhar." Paro na porta e rapidamente chega um camarada de *smoking* dizendo para sair. Falo para ele que isso é coisa antiga, coisa de circo... Nos circos o que mais tinha era isso, em circos e em cinemas... Hoje, experimente parar na porta de um cinema! Dentro de meia hora chamam a fiscalização para pegar a sua mercadoria. Isso é encarado como se fosse um DVD pirata! Pirulito vende muito bem, só não há liberdade para trabalhar.

Descobri que, à noite, as criancinhas acima de 40 anos são as que mais gostam do puxa-puxa. Aí comecei a passar em mesa de bar, oferecendo às pessoas. Muita gente no começo me ridicularizava: "Vendendo pirulito de noite?" Até hoje falam: "Você tem que vender tira-gosto, vender amendoim..." Mas isso já tem! E não troco isso aqui por picolé também não. Compra pirulito aquela pessoa que quer, que gosta e lembra da infância. É uma coisa diferente e não há concorrência.

Comecei a andar à noite e consegui algum dinheiro. Comprei uma casinha, vamos dizer que não é bem uma casa, é um barraco, um barraco que, devargazinho, vou arrumando, ajeitando. Depois vendo a casa, compro outra coisa, junto mais um pouquinho de dinheiro e vou chegando perto de onde eu costumava morar. Meu sonho é voltar para a região onde comecei a vender pirulito. Um dia tenho certeza que conseguirei voltar para lá.

Por coincidência, na minha casa tem um pé de limão. Acabei de colher cada limão grandão e, quando olho, ele já está cheio de pequenos limões de novo. Há muito tempo não sei o que é ter que comprar limão! É uma bênção e tanto, não? O que eu mais uso é suco de limão, para fazer a calda do pirulito, e já tinha um pé de limão no quintal da casa que comprei. Tenho também um pé de abacate que adoro tanto, um pé de acerola e um de goiaba. Então estou muito feliz, apesar de ser um lugar um pouco distante, mas é ótimo.

Saio de casa e pego vários ônibus, porque, se eu for me deslocar a pé de um bairro para o outro, quando chego aqui o movimento já acabou, não tem mais ninguém. Quando começa o pico do movimento nos bares, é num horário só, fica tudo lotado. Chego oferecendo nas mesas: Oh o pirulito puxa-puxa... Quanto mais chupa mais puxa...

Quem quer quer, quem não quer e não reconheceu, não adianta insistir. Quando a pessoa reconhece, já se levanta e compra. Não preciso ficar passando de mesa em mesa. É só parar na porta e apresentar o pirulito. Às vezes tem um casal sentado numa mesa, a menina com aparelho nos dentes e o rapaz ao seu lado. Aí eu digo: compra um para ela! Só que tem um porém: se tiver dentadura, obturação ou aparelho, não pode morder. Eles sorriem e, às vezes nem queriam, mas acabam comprando. Se alguém comprar também para levar para a sogra, ela vai correr 3 dias e 3 noites sem parar se tiver dentadura, porque se ela morder vai xingar muito a pessoa que lhe deu o pirulito. É divertido...



# NOTAS SOBRE AS CIDADES LATINO-AMERICANAS

Martí Peran

Professor da Universidade de Barcelona, diretor do programa de intercâmbios internacionais Roundabout e curador de Post-it cities: cidades ocasionais (2008-2009).

www.martiperan.net www.ciutatsocasionals.net

s cidades latino-americanas estão 🖊 estigmatizadas com o ponto de vista europeu dominante. A partir do discurso hegemônico, essas cidades sofrem, intensamente, de deficiências crônicas motivadas por uma coleção de desastres justapostos: a congestão galopante, o excessivo protagonismo dos automóveis, as fraturas irreparáveis do território, a agorafobia que favorece a proliferação de áreas cercadas, o abandono do espaço público e, supostamente o mais grave, um crescimento interminável de dinâmicas informais que obstruem qualquer tentativa reguladora. No interior dos relatos feitos de um paternalismo soberbo e acadêmico, as cidades latino-americanas aparecem, pois, como o antimodelo por excelência, ou, na melhor das hipóteses, como um enorme espaço--laboratório passível de se aplicarem, com urgência, as receitas ensaiadas no paraíso europeu. Algo muito parecido, no final das contas, ao que já vem efetuando, com enormes ganhos, o capital corporativo procedente do primeiro mundo ocidental – o que poderíamos interpretar como uma forma de segunda colonização.

Quando iniciamos a pesquisa sobre o fenômeno *post-it city* (termo que utilizamos para designar as ocupações ocasionais do espaço público por toda sorte de atividades: economia informal, atividades lúdicas, sexuais ou de qualquer outra natureza), padecíamos de boa parte desses preconceitos. Somente os dados inquestionáveis prometiam revelar uma diferença substancial entre os resultados que uma mesma investigação deveria evidenciar nas cidades europeias. O primeiro dado era a própria especificidade europeia da ideia de espaço público que, em consequência, obrigava a uma certa cautela na hora de se projetarem semelhantes reivindicações para o cenário latino-americano. Não em vão, em São Paulo, muito inteligentemente, trataram de nos recordar que a colonização portuguesa não reproduziu a fórmula espanhola de um urbanismo organizado a partir da "praça maior". O segundo dado, muito mais técnico, é o peso específico da economia informal nas ruas das cidades latino-americanas, onde se estima que, em termos absolutos, praticamente a metade dos trabalhadores está vinculada, de um ou outro modo, a esse fenômeno, em oposição ao que ocorre na Europa, onde o comércio ambulante está diretamente vinculado a bolsões de marginalidade e imigração significativos mais facilmente delimitados. Partindo dessas premissas e das primeiras investigações, nos parece imprescindível reconhecer que há dinâmicas bastante específicas para se pensar o espaço público latino-americano.

Nas cidades europeias, o espaço público está submetido a algumas pressões por privatização e regulação que exigem, como contrapartida, uma permanente apropriação que lhe devolva a possibilidade de se instituir novamente como o espaço do sujeito político. A cidade cris-

talizada da "precisão" vem reduzindo o espaço público à homogeneidade necessária para garantir a perfeita continuidade entre o trabalho, o consumo e o lazer da classe média, evitando qualquer anomalia desestabilizante. Nessa trama, não só as atividades marcadas por uma necessidade imperiosa (comercializar ilegalmente, pernoitar, etc.), mas também aquelas diretamente emanadas do impulso lúdico e do exercício elementar de liberdade (converter os espaços da cidade em campos de futebol ou instâncias sexuais) têm sido expulsas e dispersadas de forma a assegurar a sua definitiva e progressiva desativação. E é por isso que talvez seja pertinente dirigir a atenção a todos aqueles fenômenos post-it, que, afinal, apresentam-se como verdadeiras ocupações temporárias dos espaços públicos, multiplicando suas funções e potencializando seus significados. Essa é a razão pela qual a capacidade subjetiva de parasitar o espaço público europeu se converte numa espécie de engenho político que devolve à cidade sua natural heterogeneidade.

O espaço público das cidades latinoamericanas, entretanto, não necessita conquistar essa heterogeneidade uma vez que, de algum modo, essas já são as dinâmicas que o constituem. O espaço público nessas cidades já está apropriado por uma infinidade de ocupações – especialmente de economia informal –, de modo que sua reivindicação obriga a um enfoque distinto. Em particular, trata-se de abordar a realidade mesma dessa constante apropriação do espaço sem, entretanto, desconsiderar a necessidade de se fazer justamente o que é devido: responder às necessidades de seus usuários.

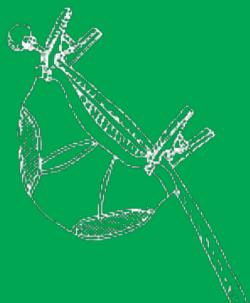
Se o espaço público europeu está privatizado e isso exige uma réplica desobediente, o espaço público latino-americano está "privatizado" pela apropriação "popular" e, nessa conjuntura, o imperioso é encontrar respostas ao discurso reformista clássico que tenta simplesmente regular as expressões de marginalidade como garantia da incorporação desse espaço à cidade "formal". Essa é, com efeito, a dinâmica hegemônica frente às iniciativas heterodoxas no âmbito habitacional ou comercial, das "tomas" chilenas aos "cartoneros" [catadores de papel] portenhos, da higienização do Zócalo da Cidade do México à relocação dos vendedores ambulantes em Bogotá ou São Paulo, apesar da normalização de uma mínima porcentagem do fenômeno. Em todo caso, essas operações, inevitavelmente ambíguas pela própria debilidade das estruturas dos Estados que tentam retomar o comando, não fazem mais que afundar num profundo paradoxo: obrigam a cumprir as regras do "jogo formal" aqueles que, em grande medida, continuam privados das condições materiais que lhes permitiriam atuar em condições plenas.

É verdade que contra essa tradição reformista existe outro discurso – muitas vezes de caráter populista e, em outras, mais ambicioso e incisivo – que se instala no extremo de interpretar todas as expressões alternativas ao sistema como a ponta de lança de um processo capaz de transformá-lo radicalmente. Talvez seja demais elevar as práticas informais à condição paradigmática de uma possível "desobediência social", capaz de se articular de modo autoinstituído, fora de qualquer lógica de mediação e praticando explicitamente uma apropriação de espaços para o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade. Exemplos capazes de assumir esse papel existem, mas, para que essa interpretação encontre um horizonte plausível, seria fundamental dotar essas ações de um grau de liberdade para além da absoluta precariedade na qual atualmente se enquadram.

A proposta que nos atrevemos a apresentar é de alcance muito mais discreto. Em primeiro lugar, parece-nos crucial sacudir essa espécie de interiorização de uma suposta culpa pela qual a cidade latino-americana estaria obrigada a acelerar os processos de normalização cidadã, mediante uma aniquilação de sua informalidade estrutural. Os índices de marginalidade e pobreza obedecem a uma lógica econômica que exige a criação constante de "trabalhadores livres", cujo Estado embrionário latinoamericano é incapaz sequer de localizar; isso provoca, efetivamente, um incremento de reações de subsistência. Realidades que, ao mesmo tempo, poderíamos interpretar como embriões de espaços inclusivos, onde coexistem diferentes micropolíticas em espaços contíguos e onde as diversas

dinâmicas sociais se materializam fisicamente, sem mediação alguma, e até mesmo de forma voluptuosa. Os post-it que se multiplicam pelas cidades latino-americanas apontam inequivocamente para uma marginalidade extrema, mas esse fato não há de ser corrigido mediante a reparação liberal de um Estado carregado de benefícios sociais com duvidosas exigências e contrapartidas. A exigência de políticas de reparação está fora de contestação, mas essas, talvez, não devam passar pela simplória aniquilação de práticas informais ou pela sua condenação prévia na eterna disputa contra um Estado interventor. A mesma turbulência que esconde a ocupação apropriada do espaço público latino-americano faz permanecer latente uma cidade como agente ativo e produtor de um "urbanismo cidadão", fundado na capacidade atuante de um imaginário que já não representa, e sim assimila e atua sobre a realidade. É absolutamente imprescindível, pois, atuar sobre as desigualdades atrozes que abrigam grande parte dessas ações, mas sem eliminar o que elas contêm de efetiva multiplicação de mobilidades, espaços e tempos que constituem a cidade. Os canais para dar conteúdo a tais possibilidades provavelmente são muito estreitos e exigem uma imaginação radical. Porém, seu ensaio deveria favorecer as próprias cidades que, ao invés de padecerem da cicatriz e do estigma, poderiam se converter em interlocutores prospectivos, até memo para as anódinas cidades europeias.

# **CONCURSO DE BANDEIRAS**



Nesta edição de PISEAGRAMA, deflagrou-se o óbvio: a bandeira nacional está defasada. Nossas matas não são mais tão verdes, nosso ouro se foi, o céu se acinzentou, os espigões tapam as estrelas e a doutrina positivista reúne cada vez menos adeptos.

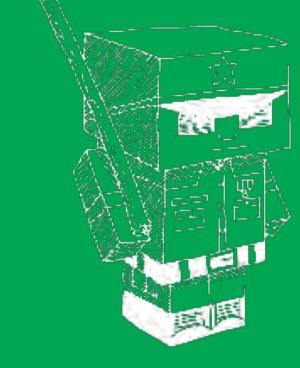
Tomada de seu dever cívico, esta revista lança sua contribuição à constituição identitária do Brasil no século 21. De pé sobre o teto de um ônibus, em um engarrafamento às margens do Tietê, conclamamos à nação:

### ACODE, ACODE, ACODE A BANDEIRA NACIONAL!

O concurso só tem uma regra: a nova bandeira deve manter a proporção entre largura e altura de 10 por 7, e o arquivo enviado deve ter 40 x 28 cm, com 300 dpi. No mais, vale tudo, inclusive trocar, limar ou enterrar o lema.

O grande vencedor terá sua bandeira publicada em uma edição de PISEAGRAMA - além de receber 10 números da revista. Se um senador maroto cumprir o acordo tácito feito com PISEAGRAMA (em troca de cargos para seus sobrinhos-neto em nossa filial no Amapá), a proposta da nova flâmula será aprovada em sessão secreta no Senado.

Acesse www.piseagrama.org para saber mais e conhecer o regulamento.



### **EXPEDIENTE**

### Ministério da Cultura

Secretaria de Políticas Culturais

### Associação dos Amigos da Casa de Rui Barbosa

João Maurício de Araújo Pinho | Presidente

### Rede de Revistas

### Programa Cultura e Pensamento

Sergio Cohn e Elisa Ventura | Coordenadores Rita Ventura | Produtora Luana Villutis | Coordenadora de rede

Filipe Gonçalves, Elisa Ramone e Lilian Diehl | Assistentes de produção

**Editores de PISEAGRAMA** Fernanda Regaldo, Renata Marquez, Roberto Andrés, Wellington Cançado

### Colaboradores

Guto Lacaz, Carlos M. Teixeira, Rosângela de Tugny, Donizete Maxakali, Totó Maxakali e Zé Antoninho Maxakali, Felício Pontes Jr., Angela Detanico e Rafael Lain, Marcelo Drummond, Ion Cuervas-Mons Morató, Desiderio Calvario Miramontes, Cacá Fonseca, Roberto Winter, Luiza Proença, Deyson Gilbert, Correio da Manhã, Osmar Fernandes, Antônio Lamas e Robson de Souza, Martí Peran, Fréderic Druot, Anne Lacaton e Jean Philippe Vassal, Paulo Nazareth

### **Projeto Gráfico**

Fernanda Regaldo, Renata Marguez, Roberto Andrés, Wellington Cancado, Clarice Lacerda

### Editoração e Diagramação

Clarice Lacerda e Orbi Design | Matheus Faria e Rubens Rangel | www.orbidesign.com

Wellington Cançado e Renata Marquez: "Notas sobre as cidades latino-americanas", "Não fazer nada, com urgência" e "Não demolir nunca", dos originais em espanhol

### Revisão

Janine Rocha

Intervenção de PISEAGRAMA sobre fotografia de Romualdo Cezar publicada na revista M<u>anchete Esportiva, nº 156, de</u> 15 de novembro de 1958

Segunda e terceira capas Intervenção de PISEAGRAMA sobre publicidades da revista Ilustração Brasileira publicadas, respectivamente, em novembro de 1922 e março de 1923

Contato Comercial comercial@piseagrama.org

### Impressão e Distribuição

Programa Cultura e Pensamento/MinC

### Tiragem

10 mil exemplares

Número 02 | Ano 01 | Abril 2011

ISSN 2179-4421 IMPRESSO NO BRASIL



Instituto Cidades Criativas - ICC www.cidadescriativas.org.br

www.piseagrama.org | contato@piseagrama.org





Você pode utilizar, copiar, distribuir, exibir, transformar ou reproduzir em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, incluindo fotocópia, desde que não tenha objetivo comercial e sejam citados os autores e a fonte. Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

### UM OLHAR SOBRE A MERDA DA CIVILIZAÇAO

Os turcos, sem querer generalizar, devido ao progresso de sua nação, preservam o hábito de cagar de cócoras. Ao longo de sua história, tal povo desenvolveu um vaso sanitário, próprio para tal posição, que é chamado vaso turco, financeiramente mais caro que os vasos comuns produzidos no ocidente, exatamente por não ser tão difundidos quanto o vaso inglês. Os índios sempre cagaram de cócoras, no entanto com a chegada do homem branco e seu processo civilizatório o vaso sanitário foi introduzido nas tribos através da envangelização, em determinados locais é sinônimo de progresso. Aparentemente banal, considerado tabu, assuntos relacionados ao ato de defecar são evitados ou reservados a lugares privados, longe dos olhos e ouvidos cultos. Apesar de ser tão natural quanto o ato sexual, que apesar de tabu em algumas sociedades ou grupos específicos de pessoas é discutido em ambientes acadêmicos e outros espaços onde se impera uma dita conversa culta. Comentários a respeito da ação obrar (palavra que substitui cagar, quando o comentário não pode ser evitado, e não se deseja que seja rigorosamente fisiológico) são evitados em diversos ambiente sociais considerados cultos/civilizados. No entanto esse ato acompanha o homem e a mulher desde o nascimento até a morte, enquanto o sexo começa em um período de amadurecimento biológico e finda em um período que a sociedade julga conveniente. O defecar não pode ser controlado socialmente, ocorre a partir do nascimento e somente finda com a morte. Por mais que se busque um controle social, quando homem e mulher, deseja defecar deve fazê-lo de imediato, pois se buscar controlar esse desejo por muito tempo certamente se arrependerá tarde demais. Há quem acredite que o ato de defecar, assim como o de urinar, seja semelhante ao ato sexual, o prazer proporcionado por eles seriam equivalentes, no entanto nenhum homem e/ou mulher costuma dizer a outro como foi prazeroso defecar na noite anterior, ou que obrou a noite inteira, ou contar as preliminares para uma boa cagada. Conta, é claro, de forma implícita: o quanto comeu até se empanturrar, mas não costuma passar disso, se passam nenhum companheiro tem prazer em escutá-lo(a), se o tem é na cara de asco que fazem alguns ouvintes involuntários que estão a em seu entorno. Nenhum homem e ou mulher, costuma contar em uma mesa de bar como e ou quanto obrou, ou deseja obrar esta noite, é deselegante, deseducado e espanta companheiros. Mas é possível ouvir que desejam ir ao banheiro, apesar de nunca dizerem o que vão fazer, é deseducado perguntar e é provável que mintam. Nisso homens e mulheres, feios ou bonitos, são parecidos e realizam a mesma ação, fazem o mesmo esforço para determinado ato. Mas o homem permanecerá de pé se tiver que urinar, somente se sentará ou se colocará de cócoras para obrar. A mulher se sentará sempre ou se porá de cócoras, caso esteja em banheiro público, algumas por receio que a louça se quebre se colocarão em uma posição de 45 graus, difícil de se explicar. Para defecar em banheiro público os homens sempre se arriscam a posição de cócoras, não importam o quanto ouçam casos de outros que perderão o saco escrotal ao empoleirarem em vasos sanitários de ruas e esses se quebraram. Alguns, se o podem, por precaução forram o utilitário com jornais ou papel higiênico para se sentarem e não correr graves riscos de se tornarem impotentes. As mulheres talvez o façam com maior freqüência. No entanto, no ambiente aqui apresentado, o mais comum é todos se colocarem na posição de cócoras, embora esta seja considerada menos civilizada. No entanto é importante dizer que quando se trata mamíferos bípedes como o homo sapem, cagar de cócoras é a forma mais natural para a dita ação (defecar). Segundo a sabedoria popular a compressão da cavidade abdominal realizada pelos joelhos em tal posição, ajuda a evacuar todas a fezes aí localizadas. Mesmo sabendo dos problemas intestinais de nosso tempo, que contribui para a insatisfação sexual e o estresse emocional, causados, entre outros, por uma ação de defecar sentados, homem e mulher da civilização moderna rejeita a posição indicada, classificandoa como não civilizada e somente a utiliza em banheiros públicos, longe dos olhos familiares. Reservada a banheiros públicos aparentemente sujos, anti-higiênicos, considerados focos de doenças, a já citada posição nunca é utilizada em casa. Assim, analiszando com maiores cuidados, em países ditos civilizados, o ambiente aqui apontado (banheiro público) é o mais saudável para se defecar ou obrar.









Obs: Assunto aparentemente banal fezes e objetos a sua volta já foram utilizados em inúmeros trabalhos na historia da arte, como exemplo, temos Manzzoni com Merda de Artista, a fonte de Duchamp, um filme do Cineasta Paolo Pazzolini, entre outros.

# PROPERTY PISEAGRAMA FORAZIEIROZ

INGGREEN PATTERNS

O and the late of

SECTION SERVE

CATCRESS TREES-13

Creek his commonly

Person N. Inc.

### PERFUNANCAS

### LEVILLEGAS

PERSON PARTIES

L Treatment ATATIS - To The Tender of the Con- Condition of the Condition

### MODAR

### PHUCEAN

C via netwards -

### AGUAS WINDSAMS



### PAPITABLAS

Access summer in 1815 — Northells Springer B. Line

Constitution of

### MOVER

STATE OF STREET

" wheels to Bin

M COALWAY WE THE PARTY OF THE P

### OPPSCINAN-

O market design of the control of th

### RESCUBLICIDARE

C van derrossings

Course markers

### GASAS IMPENTACONAS

M. Almarya A Co.

Description of the

Fred Property & Co. Strategies de pro-tie de Admire de Pri-tie de Admires de Pri-tie de Admires de Pri-tie de Admires de Pri-ley III. Sec.

P months to out to have no laborate county at laborate have at laborate large at large in

### CHAPOR

C the lates - de-

### RECUEDOS DE VIDA

M Co-tone Line to Non-tone compa-27 - Private an 27 - Private an 1 - Landilli M. D. D. 1 - Landilli M. D. D. 1 - Landilli M. D. D.

### PERSON S ENGINEERS

Maria Ville

Party of the Aug.

### FARRICAS

DENT STA PARAM

Panerry Street of No. Oversity of Party in Fig.

MATEUR - BOOK -

European blu

WHITE THREE ACCRETA THE MICH SEE ALCOHOL. - AND CAPTER AN ENGINEERING P. Audio.

BARROLA ALBE-Incarrelation a ma-incarrelation a ma-pring for militation per sistent and militation per sistent and personal ar-resease area benefits a militation from the contractly out. Note: contract to the contract of the contract

B to be to the control of the contro process of action accep-cation is action accep-proces rendered — The inclusion side. Street Man. 30 attaches in 10th Exe or Janeiro.

### CHRENOUS

CALL STREET Court Modges — Ho-town Associa a Co-modes of the de mindry — Cold season-te me are greater.

### BRADOR MODIFIED

ANY OR SEASON 
JANUARY TO AGE

SER V CONTROLLED TO AGE

SER V CONTROLLED TO AGE

SER V CONTROLLED TO AGE

SERVICE STATE AND AGE

FROM STATE AND AGE

FROM STATE AND AGE

FROM STATE AND AGE

FROM STATE AGE CONTROL OF SECTION AND ADDRESS OF SECTION AND ADDRESS OF SECTION AND ADDRESS OF ADDRESS

# **ANUNCIE AQUI**

Anisotração e sajecto-ção, ... Verindades 83 14 Carreis — lim des de

School of St.

CALIFICATION



\$2 limitato Asserva de Sepres selve à l'air - IN NAME AND POST OF THE PARTY OF THE PARTY

### CONTRACTO SUTTRACTOR

De men' applicate in month of the Control of the Co

### SHIPPER CAR THAT

And buffills of the state of th

# PATERTAS DE ENVENÇÃA

Papersonne — Rom
ones & Cha. Strict
ones & Cha. Strict
onel Lander & Ch.
onel Lander

### DOME, DE VAPORES



STRAN MATE

### ATYOGRADOS

STREET, SEC. SEC. Section of Service -

### DE TRANSCOMMENTON **ESPRISE**

The second secon

### CONFUNTABLES

Consentrates to Security Colleges In the Colle

### CERTIFICATION

Victoria Production THE RESERVE

### TERREMIS

W MAA AMERICA W ADDRESS - A COabout the late of the
about the late of the
according to the
according to

### LEVINOR

A this course many The Annual Control of the Control of

### SUSPICE SERVICES

made a made particular particular

Nos confins do ano de 1958, o Brasil experimentava sua grande promessa de progresso. Com Garrincha, Pelé e companhia, o escrete nacional vencera invicto, e pela primeira vez, a Copa do Mundo de Futebol. Brasília era construída dia e noite, ao ritmo de milhares de acidentes de trabalho por ano. João Gilberto acabara de gravar Desafinado e consolidar o movimento da Bossa Nova.

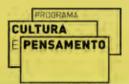
No Rio, o técnico do Botafogo instituía férias alternadas para os jogadores durante o campeonato estadual. Em seu descanso na cidade de Coaraci, Bahia, o capitão Didi testemunhou uma enchente trágica, que inundou ruas, destruiu casas, matou moradores. O Príncipe Etíope não hesitou em arregaçar as calças do pijama para ajudar como pôde - coroando a peleja com uma fotografia de socorrentes e socorridos em posição de time com a canela n'agua.

Revoltado com o descaso das autoridades e tendo na manga o título de melhor jogador da Copa e a alcunha de Mr. Football, Didi prometia pedir pessoalmente ao Dr. Juscelino que fizesse algo por Coaraci. Resolveu também adotar e levar para o Rio de Janeiro um sobrinho de sua esposa, evitando que o garoto crescesse em um lugar onde "as autoridades não são capazes de nada", à mercê de aguaceiros indômitos.





apresenta



parceria |

apoio I

realização |

















